

GEOGRAFIA, CRISE E CRÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Anselmo Alfredo (Org.)

Fábio Pitta, Allan Silva, Ana Ribeiro, Wesley Valentim,
Walid El Khatib, Rinaldo Pinho, Arthur Bassani, Fábio Amaral, Talita
Ferreira, Guilherme Santos, Leonardo Lacerda, Anderson Santos,
Renato Fujicava, Silvio Lima



Igrá Kniga
São Paulo, 2023

Editorial Igrá Kniga

Allan de Campos Silva

Bruno Xavier Martins

Capa

Marília Furman

Revisão

Renata Santos Rente

Diagramação

Allan de Campos Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Geografia, crise e crítica social no capitalismo
periférico / organização Anselmo Alfredo. --
São Paulo : Ed. dos Autores, 2023.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-991950-1-3

1. Brasil - Política e governo 2. Capitalismo
3. Crítica social 4. Economia mundial 5. Sociedade
I. Alfredo, Anselmo.

23-161896

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Crítica social : Sociologia 301

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

O enigmático sujeito revolucionário. A reprodução periférica mundial do capital. Negatividade categorial e simultaneidade da crise

Anselmo Alfredo ¹

Introdução

A realização da história do capital, em nosso argumento, se funda na contradição entre a crise da valorização do valor e a acumulação (simultâneas no tempo e no espaço) e sua expansão intensiva e extensiva, mediada pela queda tendencial da taxa de lucro. Eis o que Marx, em *O Capital*, chamou do “enigmático” do capital, jamais decifrado pela economia política e que, por isso mesmo, se constituiu em economia política, não em sua crítica. A queda tendencial da taxa de lucro, enfim, fundaria a contradição entre o lógico e o histórico, entre a redução do valor e a expansão mundial do capital, constituindo, política e economicamente, a sociedade cindida pela divisão internacional do trabalho.

A objetividade do sujeito histórico

O capital, do ponto de vista da crítica de Marx, se constitui como conceito, na medida de seus desdobramentos internos e, no entanto, de reflexão sobre si próprio. Do ponto de vista conceitual, seria o caso de considerar suas determinações internas e contraditórias sob a relação entre crise e acumulação, valorização e desvalorização do valor, medida da negatividade do capital para consigo próprio e forma necessária da crítica propriamente social. Nessa medida, o procedimento do capital para consigo próprio seria a posição do desenvolvimento das forças produtivas como mobilização conceitual da história social. Do ponto de vista da matéria, seria o tempo social de trabalho em sua contradição entre

metafísica (valor) e expressão natural (valor de uso) de si na forma equivalente da mercadoria universal: o dinheiro.

Sob essa contradição, a posição histórica do capital é o seu revolucionamento ou suas revoluções. Para Marx, tratar-se-iam de “revoluções de valor”, na medida em que se daria o aumento mundial da composição orgânica do capital, ao que pesem suas diferenças nacionais. Por isso mesmo, o capital, em seu desdobrar entre crise e acumulação, com sua relação categorial própria (capital constante e capital variável, trabalho necessário e mais trabalho, taxa de lucro e taxa de mais-valia, etc.) detém como forma histórica de si as revoluções.

Se historicamente podemos, a partir de Marx mesmo, considerar a diferença entre formação de capital e reprodução do capital, recorramos à tese marxiana de que a “formação de capital”, ou “acumulação primitiva”, seria a formação das categorias do capital: lucro, salário e sobrelucro. Internamente ao processo produtivo: trabalho, capital e renda da terra.

Nesse sentido, a acumulação como conceito do capital poria a história numa simultaneidade lógica. O sentido histórico de “acumulação primitiva”, assim colocados os termos, seria o da formação de capital seguindo o preceito contraditório e conceitual de acumulação. Nessa medida, a lógica conceitual, sem as suas categorias constituintes (em formação) seria o *mobili* fetichista do tempo como tempo de trabalho. Por isso mesmo, para Marx, haveríamos de considerar a diferença entre a pré-história humana (antes do capital), divisada em seus manuscritos de juventude, e a violência extra-econômica como a parteira de uma realidade revolucionária, ou da própria história, como podemos depreender da crítica apresentada em O Capital. Desse modo, a história teria seu nascimento na realidade revolucionária capitalista e, como todas as dimensões da modernização, não seria, ela mesma transhistórica.

As revoluções industriais, assim, são formas de expressar historicamente o movimento crítico imanente do capital, que está em seu primitivo como a forma primitiva da história. Se nos manuscritos a

história é humana, em *O Capital* a história é revolucionária, moderna, ou não é história. Assim, seu limite estaria na contradição entre o conceito (capital, acumulação, “O Capital”, para Marx) e suas categorias, não constituídas historicamente, mas determinadas pelo conceito. Aqui se poria a história.

A lógica categorial colocaria a história do devir sob sua determinação e não para além dela (da lógica categorial). A contradição se dá justamente entre a determinação lógica que limita o universo histórico no invólucro das categorias (lógicas do capital) e a dimensão transhistórica do histórico. Se se trata do histórico não poderia ser desde sempre, para sempre. Do ponto de vista do materialismo histórico e dialético, essa história teria o seu próprio tempo sem ser, ela mesma, transhistórica. Em sua formação de capital, entretanto, a revolução industrial, posta sob a força do vapor teria de ser, assim, categorialmente, a passagem do a-histórico para o histórico, considerando que o comunal, do ponto de vista do capital é o que não pode se revolucionar e, por isso mesmo, o tempo do capital teria de ser essa primeira “ruptura”, assim, histórica, isto quer dizer, do a-histórico para o histórico. Contudo, a história ontológica (que pressupõe as categorias do capital desde sempre, para sempre, a qual Marx chamou de “robinsonadas”) seria a forma de consciência necessária para a naturalização do trabalho, na forma abstrata de “trabalho humano em geral”.

A revolução industrial que se gesta ao longo de 300 anos, entre o fim do século XIV e início do XIX, teria de ser, primeiramente, a ruptura para com as guildas e corporações de ofício, ou seja, com a realidade comunal, a-histórica, no sentido de pôr a história como forma de reprodução social. A ruptura seria a da violência e passagem do comunal, para o social, do membro de comunidade para o indivíduo socializado pelo capital.

A revolução a vapor, entretanto, correspondeu a um aumento da produtividade no qual a exploração do capital se daria na sobreposição da exploração pela jornada de trabalho, mais do que pela produtividade do

capital, ainda que uma esteja em relação à outra. Marx, no segundo livro de *O Capital*, demonstra como a exploração pelo tempo de trabalho levaria, necessariamente, à superação do limite físico da exploração do trabalhador, na medida do limite das 24 horas que o dia permitiria a tal exploração. Desse ponto de vista, a extensão do capital se realizava entre a agricultura e a indústria e sob exploração extensiva do trabalho, na forma da mais valia absoluta. As condições insalubres, as mortes, os infanticídios internos ao processo de produção relatados nos “Relatórios dos Inspetores de Fábricas”, utilizados por Marx em sua crítica ao capital, evidenciariam essa ruptura com o comunal e seu desdobramento enquanto indústria têxtil, sob a égide da extensão da exploração do trabalho. Do ponto de vista de sua expansão mundial, teríamos um capital expansivo como exportador de mercadorias, importador de matérias-primas que, politicamente, constitui-se sob os impérios econômicos extra nacionais.

A superação da exploração do trabalho limitada pelo tempo astronômico teria de pôr a história social interna a ela mesma, e a exploração\acumulação intensiva do capital erigiu como a forma cabal dessa superação. Nessa medida, o tempo histórico se constitui numa realidade estritamente social, no sentido de sua diferença em relação à ruptura comunal, que tal tempo social promove. Aqui, do ponto de vista da contradição sociedade natureza, esta última seria interna ao social, assim, negada como externalidade pelo “puramente social” de Marx (1988, L.I, v.1, p. 60), pois o tempo histórico seria o da exploração do trabalho sob suas “revoluções de valor”. Na materialidade física a expressão natural do social manifesta-se como relação sujeito objeto.

Aqui, destaca-se o sentido de matéria, materialidade, em que a matéria (físico metafísico) deteria uma história determinada pelo tempo de trabalho. A física se poria nessa crítica de Marx como o invólucro de naturalização do social, portanto, objeto da crítica. A própria natureza, nesse sentido, seria a consciência natural de tempo e de valor, constituída socialmente pelo dinheiro ou pela forma valor. Aqui a matéria – que

detém uma história – é a contradição entre sua metafísica (tempo social de trabalho) e física (sua aparência de natureza, que naturaliza o social, o valor). A matéria, assim, sob a contradição entre o físico e o metafísico, detém, como sua dialética, o tempo social de trabalho. A física aqui seria a forma de aparição que naturaliza o social. Para Marx assim apareceria o problema:

A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo a madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. (1988, L.I, v. 1, p. 70).

Se matéria detém essa contradição entre natureza e sociedade, pondo a primeira como absolutamente social, a história dessa matéria, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, entretanto, se daria no invólucro da contradição acumulação extensiva e intensiva do capital. Isso na medida em que tal contradição operacionalizasse um momento enigmático de sua ontologia social (negativa), pois a redução da acumulação levaria à expansão dos investimentos de capital, da produção de mercadorias. A expansão física seria, assim, inversamente proporcional à redução da metafísica – o tempo social de trabalho – produção de mais valia. Nisto o comércio exterior é expoente, inclusive como contra tendência. Nestes aspectos (físico e metafísico), teríamos o invólucro dialético da materialidade divisada por Marx em *O Capital*, cuja relação lógica imporia o processo histórico.

O aumento da produtividade do capital, pondo a divisão do tempo social entre mais trabalho e trabalho necessário estaria, agora, interna ao tempo de trabalho, independente, portanto, de sua extensão enquanto jornada de trabalho ou meramente física astronômica. A medida da exploração se daria sob o aumento da composição orgânica do capital, de modo que uma jornada menor poderia conter mais “mais trabalho” em relação a certa jornada maior de trabalho. A história e seu tempo estariam

delimitados como história do trabalho e mediados pelo tempo social médio de trabalho, ou o “tempo social necessário de trabalho”.

A mobilização dessa contradição dada pela concorrência seria a formação cega da medida, que levaria à sempre urgente necessidade de redução do tempo de trabalho necessário, em relação ao mais trabalho. Nessa linha estritamente social do tempo histórico, a expansão do capital seria a unidade entre sua acumulação e sua queda tendencial da taxa de lucro. “O enigma” da forma equivalente, assim, passaria a ser a forma de sua própria lei identitária do capital como enigma da acumulação: a redução da taxa de lucro posta, teria como pressuposto a expansão extensiva do capital, compensatória a essa mesma queda determinada pela sua intensificação produtiva. A lei identitária do capital seria o fetiche da expansão de sua massa determinada pela redução de sua metafísica, a mais valia, o tempo social médio de produção expresso na queda da taxa de lucro. Assim, a sua redução do valor é expansiva dos investimentos e da produção material (física) que põe a crise a aparecer como expansão positiva do valor. Sob sua lei identitária, a acumulação é crítica:

A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração do capital e sua centralização mediante a desapropriação dos pequenos capitalistas, mediante a expropriação do resto dos produtores diretos, entre os quais ainda haja algo a expropriar. Por meio disso, por outro lado, a acumulação é acelerada em sua massa, embora caia, com a taxa de lucro, a taxa da acumulação. (1988, L. III, v. 4, p. 174)

Por isso mesmo, na queda tendencial da taxa de lucro, Marx reconhece os motivos de porque a economia política não teria decifrado o enigma da simultaneidade entre crise e expansão do capital. O “enigmático da forma equivalente” (1988, L.I, v.1, p. 60) se torna “o conflito entre expansão da produção e valorização” (1988, L.III, v. 4, p. 178). A individuação do capital, entretanto, histórica, material, se daria por esta dialética entre intensificação e expansão\extensão do capital,

mediado pelo fetiche de matéria física, identificação de expansão com acumulação positiva. Aqui, entretanto, já teríamos passado de sua condição de “formação de capital” para a de “reprodução de capital”. Na forma da mais valia relativa, assim, a superação da forma astronômica do tempo poria o capital como seu próprio limite, numa alusão à crítica madura de Marx, em que diz: “A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e como ponto de chegada [...]” (1988, L. III, v.4, p. 180).

Sob essa contradição, se o desenvolvimento das forças produtivas leva ao aumento individual da mais valia e mesmo da taxa de lucro, do ponto de vista social, a negatividade é de que quanto maior a exploração do trabalho, menor a produção do valor, contradição que para Marx colocaria o “capital em seu conceito”, ou seja, a crise de valorização como processo imanente de sua identidade histórica e lógica. Ainda sob a força produtiva do vapor, teríamos a passagem da manufatura, das máquinas ferramentas, para a maquinofatura, em que as máquinas já eram imitação dos movimentos de muitos trabalhadores como aumento da produtividade do capital variável (Marx, 1988, L.I, v.2, p. 13 e 79, notas 103 e 275).

A revolução elétrica, com sua produtividade, já demonstrava que os parâmetros nacionais da produção, não só do consumo, seriam limitados para a capacidade da reprodução ampliada de sua acumulação. O comércio exterior, como forma dessa expansão crítica e, assim, como contrariante de sua lei imanente, a queda da taxa de lucro, constituir-se-ia (no invólucro da superação da revolução a vapor pela elétrica) não somente como expansão mercantil dos resultados do processo imediato de produção, mas como expansão da forma produtiva e de capitais, portanto, da exploração do trabalho, mais tarde identificada como subdesenvolvimento, do terceiro mundo ou da periferia do sistema capitalista: sob a Guerra Fria referida como “o sul”. A conquista de

matérias primas pela exploração do trabalho teria mobilizado o que Lênin (1986) considerou como a “exportação de capital” excedente, dada pela desproporcionalidade entre os dois departamentos (de bens de produção e de consumo) da economia mundial, o que Marx considerou como “o capital social”, na seção III do segundo livro d’O Capital. Aqui, esse capital social se comporia como divisão internacional do trabalho.

O início do século XX, portanto, seria o rearranjo bélico da desigualdade de desenvolvimento entre os capitais nacionalizados, na disputa pelo barateamento da produção do departamento I sob inflação, devido sua alta produtividade, comparada com seu polo necessário, a produção de bens de consumo. A formação dos trustes, dos cartéis, dos grandes monopólios, nos anos iniciais do século XX, deviria, assim, de que tal desenvolvimento das forças produtivas, fundado na energia elétrica, teria intensificado as forças produtivas, de modo que a média mínima para investimentos lucrativos só seria possível no nível de grandes investimentos na base dos monopólios, destacados de modo lapidar na análise sobre o imperialismo realizada por Lenin. O lucro de monopólio advindo daí seria o nível mínimo para remunerar a altíssima produtividade histórica desse capital, o qual mobilizava continentes na compensação de seu avanço. A periferia como produção de valor – caracterizada como “mão de obra barata” pela crítica do século XX – e as guerras mundiais foram disputas na concorrência por essa acomodação entre produtividade crescente e redução do valor. Nessa realidade, teríamos a divisão internacional do trabalho em que a produção de valor (na periferia do sistema capitalista) não deixava de se repor. Essa divisão internacional do trabalho e sua constitutiva concorrência de morte , fundará a concorrência capitalista na forma da Guerra Fria, que a passagem da segunda metade do século XX irá testemunhar.

Lênin (1986) já observava a forma financeira e rentista de reprodução do capital inglês, na medida em que a produção do valor excedente desse capital seria destinada aos países importadores de capital,

sendo que ao capital inglês cabia esperar os juros desses empréstimos. O surgimento de uma camada rentista e dos campos de caças, nos antigos campos comunais, seria a expressão sociológica dessa contradição. A primeira guerra mundial, antevista por Lênin (1986), teria sido a forma de arranjo entre o desenvolvimento das forças produtivas e os custos não mais rentáveis da exploração do trabalho que, entre 1914-1918, se reduziram sob concorrência interimperialista (Alemanha, Inglaterra e França).

Assim, a intensificação do capital, com a queda relativa de seus lucros, ainda que a massa possa ter crescido, e a consequente concentração de capital, seriam a forma da expansão intensiva de capital que levaria aos países importadores de capital outra divisão internacional do trabalho. A recepção desses capitais super produtivos para os padrões históricos de então levaria à necessidade de nova divisão internacional do trabalho que incorporasse o aumento da produtividade social daqueles que passariam a utilizar essa nova produtividade na forma de importação de capitais (constantes ou monetários).

A divisão internacional do capital, dada por essa contradição entre intensidade (desenvolvimento das forças produtivas, mais valia relativa) e extensividade (expansão de investimentos de capital, dada sua acumulação crítica) já não mais se daria sob a divisão vista por Bukharin (1984), ou seja, a divisão internacional entre campo e cidade, onde teríamos países agrícolas e países industriais. Internamente aos países importadores teríamos de vivenciar a divisão campo cidade que fosse reflexa da exportação do excedente de capital. Nessa medida, a extensão do capital na periferia do sistema, seria a expansão simultânea da crise mundial, mas teria de aparecer como crescimento do capitalismo na e da periferia, levando-se a certa divisão interna à periferia que culminasse de modo particular na divisão campo cidade. O desenvolvimentismo, consciência sob o capital, teve sua forma na periferia sob a ilusão temporal: a periferia é o eterno futuro, o que ainda não acumulou.

Os processos acumulativos internos à Europa, em sua concorrência de monopólios, levariam à nova redistribuição do processo produtivo, à adequação crítica dos dois departamentos, na forma bélica que a Segunda Guerra Mundial teria demonstrado. Na Segunda Guerra tem-se uma ruptura significativa em relação à acumulação desdobrada na Primeira Guerra, qual seja, a significativa acumulação dos capitais monopolistas constituintes como capital nacional norte-americano. A contradição entre crise e acumulação se define aqui como crise de superacumulação.

Nessa passagem, a acumulação de capital da economia norte-americana já não mais se resolveria pela produção de excedente na forma de poderio bélico para salvaguardar a redução dos custos de produção do departamento I, do que a importação de matérias primas seria a forma mais expressiva. Considere que ao fim da Segunda Guerra, o governo norte-americano, através de seus *Reports of President*, ao Congresso nacional, expõe um sentimento de preocupação devido à impossibilidade econômica de mobilizar esse excedente no sentido de distribuí-lo na forma da dívida e do endividamento do capitalismo mundial ao capital norte-americano. Isso além de medidas internas para aumento de consumo, aumento de crédito etc. Em 1947 o *staff* do governo norte-americano assim dirige-se ao Congresso:

Recursos suficientes estarão disponíveis aos países estrangeiros para financiar urgentemente compras necessitadas de nós. Qualquer recessão na demanda doméstica nos permitirá encontrar algumas das atuais insatisfeitas demandas externas com um resultante aumento das exportações. (ERP, 1947, p. 17)

O Plano Marshall, para a reconstrução europeia, e o Programa Ponto 4 (ERP, 1950, p. 125) do governo Trumann, para exportação de capitais à periferia, especialmente Brasil e México, demonstraram a insuficiência do capitalismo mundial em solver o excedente de capital monetário que a economia americana acumulara no entre guerras. Por isso, o desenvolvimento bélico da economia mundial, especialmente a norte-americana, teria de ser a formação do terceiro departamento, o

bélico, para se constituir no “outlet”, escoadouro, da superprodução que o mundo capitalista não seria capaz de realizar.

A acumulação dos Estados Unidos entre 1947 e 1950 já se mostrara inflacionária, dada a contradição entre produção de mais valia e queda da taxa de lucro. Aqui a lei do pleno emprego, nos anos de 1947-8 já estava em pleno vigor e, mesmo assim, o excedente de capital tornava inflacionária a economia norte-americana, demonstrando uma crise de superacumulação dessa economia nacional. Nessa medida, o excedente de capital já fazia necessário o controle de seu excedente via atividade bancária. Lembremos que nesse momento já teríamos cinco anos de reconstrução europeia (Economic Recovery Program), além do Point Four Program. O que essa divisão evidenciou foi a divisão internacional do trabalho, já dita, em que a redução dos custos de produção do departamento I da economia norte-americana se daria por essa importação específica de matérias primas com exportação de excedente monetário. Tratou-se da forma concorrencial entre os países chamados de industrializados. Assim, em 1950 o volume monetário na economia norte-americana continua a crescer criticamente:

O Conselho [de Governadores do Banco Central] deveria ter maiores poderes do que o tem agora para aumentar as exigências de reserva bancária em um período de inflação. Isso seria uma medida protecionista [...] (ERP, 1950, p. II)

O nível inflacionário dessa economia, a exportar capitais com programas de reconstrução mundial, continua a atuar criticamente na economia nacional americana. O nível de consumo, de estoques, de crédito de consumo pessoal, de estoques monetários, atingiria essa dimensão inflacionária numa realidade de pleno emprego. Juntamente com isso, considere que o pleno emprego se daria com aumento da produtividade por hora homem. Assim, consideramos a inflação expressão da queda da taxa de lucro, pelo aumento da produtividade do capital nacional, que levaria necessariamente ao capital monetário

excedente e inflacionário. Justamente por isso, o aumento de crédito se vê relacionado à redução do tempo social médio, que nos Relatórios aparece como produtividade hora homem. Tomando-se o índice 100 em 1929, num percurso sempre crescente, a massa de trabalhadores cresce a 140 em 1952, ao mesmo tempo em que se reduz tanto a média trabalhada por homem (de 100 a 82), quanto aumenta a produção por hora homem, de 100-180 (ERP, 1953, p. 3). Ou seja, a massa de trabalhadores incorporada é menor do que a produtividade por homem, aumentando a exploração e diminuindo a produção de valor.

Nisto, entre 1946-50 (anos pós segunda guerra mundial) tem-se o significativo aumento da massa de estoque monetário, como capital ocioso. Sob o imperialismo o problema foi a redução de custos do departamento I, com importação de matérias primas e produtos agrícolas. Forma da reprodução mundial que se estenderia até início dos anos setenta. Porém, nesse período (de 1929 até os anos de 1954), com o aumento de estoques de mercadorias, tem-se o crescimento do estoque monetário pessoal de 175 a 200 bi de dólares – só em “moeda corrente” – que, nos anos imediatamente antes da Segunda Guerra estavam por volta de U\$ 50 bilhões (ERP, 1954, p. 174-176). “Empréstimos e investimentos de bancos comerciais”, nesse mesmo período, estiveram sob o crescimento de 50 para U\$ 150 bi. O crescimento mais modesto ficou com reservas de créditos de bancos comerciais e “crédito ao consumidor de curto e médios prazos”, ambos cresceram entre 10 e 25 bi, mesmo assim, duas vezes e meia em 25 anos (1929-54).

Com tal crescimento da massa monetária em suas várias assinaturas torna-se possível considerar que a expansão do excedente de capital norte-americano não teve o endividamento mundial como o seu escoadouro suficiente. Ainda que isso tenha se constituído como política econômica internacional e se fundado na duplicidade ilusória de modelos econômicos (capitalismo x socialismo). Do ponto de vista do ocidente, a

paz do “Free World” era o amálgama fetichista da acumulação crítica. O problema era sua crise por ter acumulado:

“Estreitando laços com outros países”. A economia política externa dos EUA pode ser um poderoso instrumento para estreitar a segurança da nossa nação e do Mundo Livre. As nações do Mundo Livre são economicamente interdependentes e ninguém pode ir adiante com o estreito ponto de vista de seus próprios interesses ou com o olhar primário dos interesses de um pequeno grupo de industriais [...] Esta ampla visão que permeou os estudos da Comissão de Política Econômica Estrangeira, agora dirige a recomendação ao Congresso, para que haja esforço no sentido de clarear os canais do comércio, promover investimentos externos e providenciar ajuda técnica às nações subdesenvolvidas [underdeveloped nations]. Tal ato não vai apenas melhorar o comércio e a produção mundiais; isso também vai ajudar a aumentar o padrão de vida de nosso próprio povo (ERP, 1955, p. 51-52)

Assim, a Guerra da Coreia, como marco da divisão do mundo capitalista entre ocidente e leste europeu significou outra produção que dá vazão ao excedente inflacionário da economia representado, sobretudo, pela ascensão dos preços dos produtos do departamento I produtor de produtos pesados (“lamber products”).

A redução inflacionária monetária estaria assim na combinação entre importação barata de matérias primas dos países da periferia do sistema, juntamente com matérias primas agrícolas. Lembremos o algodão em São Paulo e Nordeste, cujo comércio era administrado pela inglesa Sanbra e Clayton (Monbeig, 1984; Oliveira, 1993), além da produção bélica, destrutiva desse excedente. É a partir de 1952 que, então, a inflação começa a ser considerada como algo em superação. Isso tudo, sob o escoadouro bélico que a divisão do mundo significou, marcada pela Guerra da Coreia:

Plantas governamentais de programas de segurança maior estão estimadas a aumentar de uma taxa anual do ano corrente de U\$ 45 bi a quase U\$ 65 ao final deste ano calendário. Como uma proporção da produção total, o aumento será de 14% para mais de 18%. [...] Em 1952, mais do que um terço da produção da construção e da indústria de metais será direcionada para as propostas militares. A produção e construção militares reclamará mais do que um quarto de nosso fornecimento de cobre, e metade de nosso fornecimento de alumínio. (ERP, 1952, p. 09)

A transferência de plantas civis para as militares significou, de modo muito importante, a vazão destrutiva do excedente do departamento I da economia norte-americana como controle inflacionário que a Guerra Fria socializou como perda mundial social. Assim, os inícios dos anos de 1950 destacam-se pela Guerra da Coréia como marco bélico dos investimentos norte-americanos, no sentido que só essa economia, altamente produtiva (a ponto de o mundo todo não ser capaz de dar conta de seu excedente), poderia produzir um departamento capaz de mobilizar o seu excedente. Aqui, teríamos o desenvolvimento bélico, não mais como defesa deste ou daquele setor produtivo, mas como forma destrutiva do excedente e, assim, controle da inflação (ERP, 1952, p. 8) que a economia norte americana passa entre 1945 e 1950.

O deslocamento desse sentido de violência inerente à reprodução social capitalista se fundaria no que Marx chamara de “tempo de rotação do capital”, identificado pela soma entre tempo de produção e circulação do capital. A redução da circulação de capital, para Marx, constituiria uma redução do tempo geral de trabalho e, do ponto de vista do capital individual, dos custos do trabalho vivo no processo produtivo que resultaria, necessariamente, no excedente monetário, dada a redução social do trabalho necessário. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas, com sua desvalorização, seria, necessariamente, o excedente de capital. Isto como contradição entre aumento da exploração relativa do trabalho (intensiva) e, agora, expansão da base monetária. Esta, enfim, no sentido de se tornar autônoma do processo produtivo e constituir o

dinheiro no invólucro de sua própria precificação. A divisão do mundo em dois blocos, entretanto, teria se constituído como a manutenção de uma guerra (fria), mas que possibilitou por trinta anos a destruição do excedente produtivo como desvalorização do capital, justamente, dada a sua intensidade na exploração do trabalho. Assim, a sua extensão foi bélica, porque crítica. Nosso argumento é o de que sob a Guerra Fria estava a forma bélica de consumo do excedente ocioso do capital mundial, sintetizado na economia norte americana.

Sob a Guerra Fria, a produção do valor estaria expressa na divisão internacional do trabalho, em que centro e periferia articulavam a redução dos custos do departamento I dos países industrializados. A égide americana sob a paz, era a antítese da guerra sob o fetichismo naturalista e físico geográfico de “Fria” (capitalismo do leste, oeste, do norte e do sul). A forma não compensatória à queda tendencial da taxa de lucro, da exploração intensiva e extensiva do trabalho diante da divisão internacional do trabalho constituída (centro-periferia), levaria assim ao desenvolvimento das forças produtivas do capital seja no centro seja na periferia, já que esta não sustentaria a queda da taxa de lucro independente de seu nível de desenvolvimento das forças produtivas. A crise do petróleo de 1973 marcaria a resultante descendente dos ciclos críticos e oscilantes do capitalismo entre 1940-60 (Mandel, 1990). Nessa medida, a autonomia do dinheiro em relação ao processo produtivo se faria com outro nível de desenvolvimento das forças produtivas, como passagem histórica do próprio capital e, assim, revolucionária. Aqui a ruptura seria em relação ao próprio trabalho atingindo a dimensão de mero custo do processo produtivo (o fetiche do capitalista realizado como verdade) o que exigiria sua dispensa tanto relativa quanto absoluta do processo produtivo.

Nessa autonomia (fetichista) do dinheiro ao valor produzido, devido à intensidade da exploração do trabalho, todo e qualquer trabalho no interior do processo produtivo, necessariamente, se constituiria num

custo impagável ao capital, visto que a extensão do mais trabalho seria mínima, mesmo que duplicada, dada a já alargada diferença entre trabalho necessário e mais trabalho que as revoluções a vapor e elétrica teriam realizado, mas, ao mesmo tempo não teriam encontrado na expansão compensatória de sua forma de acumulação uma contraposição à queda de sua taxa de lucro. O desenvolvimento das forças produtivas na periferia seria inevitável.

Desse ponto de vista, a terceira intensificação da acumulação do capital só seria possível na medida da dispensa relativa e absoluta do capital variável em sua composição com o capital constante, que redundaria na revolução da microeletrônica que os trinta anos de Guerra Fria teriam mobilizado. Nesse ponto de inflexão da história do capital, como já apontava Marx (1997) sob as determinações do capital da “grande indústria”, a produção da mais valia teria de ser desconsiderada da reprodução do capital, na medida em que o trabalho vivo seria mero vigia do processo produtivo e “colocado ao lado” (Marx, 1997) da produção imediata propriamente dita.

A contradição capital trabalho e a fantasmagoria de um sujeito fictício:

Pequena incursão sobre o debate dos esquemas de reprodução de Marx

A passagem dos anos 50 para os 70 do século XX marcaria a diferença entre capital produtivo e improdutivo, no que a crise do petróleo aparece, fetichistamente, como o demiurgo da crise localizada no tempo e superável no tempo. Com a acumulação intensiva do capital, a contradição se dá em que toda e qualquer quantidade de trabalho seria excedente dada a composição orgânica do capital mundial que não permitiria mais que se pagassem os custos da exploração do trabalho, a partir da mais valia então produzida. Daqui, a intensificação do capital produtivo teria de ser uma revolução agora em relação ao próprio trabalho vivo e não com ele. Ao criticar a economia política coetânea, sob

as determinações da crise de 1973, Mandel reconhece como esta nega lógica e historicamente o controle dos ciclos pelo Estado e capitais privados. Ainda, destaca a diferença qualitativa do processo cíclico dos anos de 1970, na medida da “sincronização” mundial do ciclo. Nessa forma qualitativamente diferenciada da crise, o problema é de revolucionamento social, no sentido de que “a atividade industrial dos países imperialistas continua fortemente marcada pela terceira revolução tecnológica, isto é, pelas técnicas de produção semiautomáticas e automáticas” (1990, p. 15, 16).

A partir de então a ociosidade de capital, socializada pelo endividamento do capitalismo ao dólar (e o conseqüente desenvolvimento das forças produtivas daí advindo), teria tornado simultânea a crise da reprodução capitalista. O que se apresentaria para Mandel, entretanto, seria a contradição capital trabalho como realização histórica da negatividade dialética economicamente constituída enquanto lei da queda tendencial da taxa de lucro. O caso é que a realização histórica teria, a partir desses fundamentos econômicos, de se reconhecer na crise da reprodução da forma social, com seus fenômenos constitutivos:

A recessão generalizada expressa, portanto, de modo sintético, o esgotamento da “onda longa expansiva” (que começou os Estados Unidos nos anos 1940, na Europa Ocidental e Japão 1948 e durou até o final dos anos 1960). Nós tínhamos previsto esse esgotamento desde 1964 e lhe consagramos no nosso livro *Capitalismo Tardio*. A nova “onda longa” se caracteriza por uma taxa de crescimento média a longo prazo sem dúvida inferior à metade daquela dos anos [19]50 e 60. Não se encontrará antes de muito tempo a febre expansiva desses dois decênios. Sobretudo, o que aparece na superfície, simbolizado por Maio de 1968, na França, pelo Maio “rastejante” na Itália, pelo processo revolucionário português de 1974-75, pelo crescimento espetacular das lutas operárias na Grã-Bretanha e na Espanha - fenômenos que se estenderão cedo ou tarde RFA, ao Japão e aos Estados Unidos -, é uma crise social do conjunto da sociedade, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento da produção capitalista [...] (Mandel, 1990, p. 13)

Nessa medida, teríamos aqui a realização histórica do capital ou o encontro da lógica com a história. Assim, para Ernest Mandel, a própria tese da derrocada do capitalismo, embora pudesse ter variáveis distintas, fundamentava-se na automação do processo produtivo que a partir desse momento seria o *mobili* do capitalismo tardio. A diferença histórica desse último quartel remete ao desenvolvimento do capital de toda a sociedade onde a ampliação da exploração do trabalho é o fundamento da redução da produção do valor. Isso como sua lei, não como equívoco do percurso histórico.

Contudo, discordamos da crítica de Mandel (1982) direcionada a Henryk Grossmann (1979), referente aos esquemas de reprodução de Marx, relativos aos dois departamentos da economia. Ao contrário do argumento desdobrado em *Capitalismo Tardio*, duas discordâncias. 1) Marx não parte do preceito de que a reflexão a respeito dos dois departamentos da economia tenha como objetivo a compreensão do equilíbrio, apesar da contradição capital trabalho. Pelo contrário, trata-se de observar que, mesmo pressupondo o equilíbrio, a reprodução capitalista levaria à desproporção entre os dois departamentos da economia e isso meramente por se tratar de acumulação. Nessa medida, a crítica social de Marx levaria à unidade entre crise e crítica. 2) A partir disso, não se teria em Grossmann a intenção de provar o colapso do capitalismo a partir de esquemas de equilíbrio, mas na crítica deste ao esquema de Otto Bauer demonstrar como a acumulação levaria necessariamente ao aumento da composição orgânica do capital com sua consequente queda da taxa de lucro:

Assim, Marx demonstra que ainda que se parta da hipótese de um equilíbrio, no qual a oferta e a demanda se correspondam, todavia “pode-se produzir uma pletora de capital monetário, no sentido de que determinada quantidade de capital se tornou supérflua [...]” (Grossmann, 1979, p. 211)

Ou ainda:

Se se mencionam as tendências do desenvolvimento de um sistema – tal como em nosso caso o faz Bauer ao falar da tendência da acumulação do capital a adaptar-se ao crescimento da população –, então não é possível limitar-se a um ano ou a um período de tempo de duração similar, senão que deve tomar-se em conta – como bem sabe qualquer estudioso de estatística – o desenvolvimento do sistema durante um período mais amplo. Bauer não fez isso. (Grossmann, 1979, p. 79)

Para Grossmann, portanto, a abordagem da relação entre lógica e história, na materialidade dialética do capital colocaria o colapso (*zusammenbruchsgeset*) como lei imanente e não como fenômeno histórico. Nessa medida, o colapso como lei identitária do capital moveria a história do trabalho na contradição entre os ciclos ascendentes e descendentes. Na passagem de um para outro, o movimento descendente da taxa de lucro e o sentido revolucionário do modo de produção com seus fenômenos e contratendências estariam colocados como fundamento do movimento histórico do capitalismo. Nessa medida, o estudo a respeito da reprodução do capital para Grossmann consistiria em:

[...] mostrar de que modo o processo de reprodução capitalista – devido a causas que surgem do próprio ciclo econômico –, se move necessariamente em movimentos cíclicos ascendentes e descendentes, que se repetem periodicamente e que conduz finalmente ao colapso do sistema capitalista (1979, p. 55)

Por isso mesmo, para Grossmann, o esquema de Otto Bauer estava correto, a não ser pela periodização que mereceria mais revoluções do valor, na proporção proposta, para se chegar à verdade do colapso. Não se tratava de um esquema de equilíbrio, mas de proporção cujo colapso se revelaria ao longo de mais revoluções do valor. Aqui, então, o colapso realiza a história, ao invés de se realizar historicamente.

A tese, assim, associa-se ao argumento de Michael Roberts a respeito do fundamento monocausal das crises, no sentido de reconhecer, em Marx (1988), a existência da lei do colapso, sem que isso levasse à recusa da importância de se discutir o problema do sujeito revolucionário.

O caso é que o descuido na apreciação dessa lei identitária do capital levaria ao que Grossmann (1979) considerou ser o “neo-harmonicismo” da teoria crítica marxista coetânea e pretérita ao autor.

Numa leitura mais atual a respeito da contradição entre aumento da exploração do trabalho (mais valia relativa) e queda da taxa de lucro – o que Marx considera como o “enigma do capital” –, isto é, o conflito entre a queda da taxa de lucro e a expansão capitalista, temos, a crítica de David Harvey, enclausurada no harmonicismo do capital financeiro. Aqui, por enquanto, destacamos que a forma da crítica social, para Marx, da queda tendencial da taxa de lucro, estaria absolutamente associada ao desvendamento ou não desse enigma (fetiche de capital, isto é, do conceito). Isso aliás, como veremos abaixo, distinguiria para Marx a “economia política” da “crítica à economia política”, que teria de ser, necessariamente, a crítica (negação) do valor, não sua afirmação. Para Marx, então, a confusão posta entre massa de lucro e taxa de lucro, ou entre expansão e crise da valorização, é o que identificou, do ponto de vista do fetiche do capital (o “enigmático”), a economia política, objeto da crítica do valor:

Por maior que seja a simplicidade com que a lei se apresente, depois do desenvolvido até aqui, tampouco toda a Economia até hoje, como se verá a partir de uma seção posterior, conseguiu descobri-la. Ela via o fenômeno e se torturava com tentativas contraditória para interpretá-lo. Dada, porém, a grande importância que essa lei tem para a produção capitalista, pode-se dizer que se constitui o mistério em torno de cuja solução toda economia política gira desde Adam Smith e que a diferença entre as diversas escolas desde Adam Smith consiste nas diferentes tentativas de solucioná-la. Se, porém, por outro lado, se considera que a Economia Política até agora certamente tateava em torno da diferença entre capital constante e capital variável, mas nunca soube formulá-la definitivamente; que ela nunca apresentou a mais valia separada do lucro, e o lucro nunca em forma pura, separado de suas partes constantes autonomizadas entre si – como lucro industrial, lucro comercial, juros, renda fundiária; que ela nunca analisou a fundo a diversidade na composição orgânica do capital e, portanto, tampouco a formação da taxa geral de lucro –, então deixa de ser enigmático que

nunca lhe foi possível decifrar esse enigma. (Marx, L. III, v. 4, 1988, p. 155, 156)

Em Harvey (2011), o neo-harmonicismo do marxismo, identificado como a crítica de Grossmann ao marxismo até os anos de 1920, ganha em atualidade. Aqui, o enigma – objeto da crítica de Marx – torna-se categoria de análise e a crítica de Marx um guia para melhor alocação de capitais, a evitar a crise, como se o preceito da análise dos esquemas de reprodução de Marx fosse o de encontrar meios de equilibrar o capital. Harmonizando-se com a forma social capital, expressa Harvey:

O que Marx mostrou foi que poderiam facilmente aparecer situações em que o reinvestimento do capital fluiria de tal forma a criar desproporções entre os setores e que essas desproporcionalidades poderiam gerar uma espiral de crises. O problema surgiu porque, no esforço de maximizar a taxa de lucro, os capitalistas individuais tenderam para uma má alocação sistemática dos fluxos do capital nos dois setores. Investigações posteriores construídas sob o argumento de Marx, com uso de modelos matemáticos muito mais sofisticados, sugerem que Marx estava certo em seu raciocínio geral.” (2001, p. 64)

O mais sarcástico é dizer do acerto de Marx pelo oposto do que os esquemas apresentam enquanto contradição entre desenvolvimento das forças produtivas (aumento da produtividade) e redução da acumulação de capital, ou seja, fazer Marx concordar com o que foi justamente o objeto da crítica de *O Capital*, a suposição do equilíbrio. Só uma interpretação econômica e política poderia torcer o objeto de Marx dessa forma, digamos, quase ardilosa. Harvey, para ser o marxista crítico do século XXI – século dos desdobramentos críticos do capital financeiro – tem de dizer que Marx acertou porque os capitalistas não seguiram a sua indicação (de Marx) a respeito da alocação de recursos. Isso certamente se colocaria como objeto da crítica de Marx à economia política apologeta!

A crítica do valor de Marx em Harvey, do ponto de vista dos esquemas de reprodução, está justamente na posição oposta, isto é, para Marx, mesmo em se tratando de reprodução simples, o processo é o de desproporção entre os departamentos. A contradição se põe porque a

circulação simples é parte constitutiva da acumulação cuja identidade é a desproporção. Caso não haja a relação de desproporcionalidade não se teria a acumulação. Assim, distribuição equitativa entre os departamentos e acumulação de capital só a apologia do equilíbrio econômico conseguiria, com artil, argumentar. Por isso mesmo pareça emblemática a assertiva de Marx em que “Entretanto, à medida que ocorre acumulação, a reprodução simples constitui sempre parte da mesma, podendo, portanto, ser examinada em si mesma e é um fator real de acumulação” (1988, L.II, v. 3, p. 276). Contudo, a economia política toma a reprodução simples desconsiderando a identidade entre acumulação e desproporcionalidade, ou entre reprodução simples e reprodução ampliada.

A maior acumulação no departamento I e a desproporção que daí devem se fazer pela contradição do valor e é objetiva, não depende da consciência planificadora da correta alocação de recursos. Em Harvey, trata-se de um equívoco de cálculo do capitalista. É certo, portanto, que nosso argumento contra Harvey se refere à crítica de certa economia política marxista do século XXI, atrelada ao capital financeiro e que o *Enigma do Capital* de Harvey se faria como parte constitutiva dessa economia política criticada em nosso argumento. Isso tudo, ainda que a apologia de Harvey ao capital seja a crítica marxista internacionalmente aceita e, talvez, por isso mesmo.

Ao que pese a relação estabelecida por Harvey (2011, 2019, 2020) entre baixos salários com queda da taxa de lucro como fenômeno fundado na própria queda tendencial da taxa de lucro, essa última ganha outros sentidos constituindo-se enigmático o argumento do autor. Segundo Harvey, a expansão constituída pelo desenvolvimento das forças produtivas leva às crises que, então, são reguladoras da equilibrada distribuição do capital entre os dois departamentos. Aqui, como argumentamos, o enigma é categoria explicativa e não objeto da crítica. Todo o enigma para Marx seria a redução do valor com aumento da exploração de trabalho.

Do ponto de vista político, Harvey põe a inevitabilidade do capital e sua acumulação. Nisto, os movimentos sociais são externalidade constituída por outra racionalidade.

Mesmo sob transferência de capitais ociosos do setor produtivo para o setor financeiro, a estruturação do poder imperialista que isso dá ao capital mobilizaria, para Harvey, formas de acumulação. A partir daí negócios estritos com capital financeiro suscitam em seu argumento “novas rodadas de acumulação”:

[...] Aquisições (tanto amigáveis quanto hostis), fusões e compra da maioria das ações de uma empresa com capital emprestado também têm sido um grande negócio. Atividades desse tipo podem acarretar novas rodadas de acumulação por despossessão. (2011, p. 48, 49)

Nesse sentido, a queda tendencial da taxa de lucro em Harvey adquire o sentido positivo da normalidade capitalista, no sentido de outras formas de acumulação compensatórias à queda. As contratendências aqui aparecem como impedimento da lei. Por isso mesmo, para a manutenção do enigma e não seu desvendamento, é necessário, no argumento do autor: 1) do ponto de vista histórico: resguardar o imperialismo como momento atual do capitalismo, sob o estigma da novidade tal qual “o novo imperialismo” em que a despossessão aparece como contratendência do capital financeiro [?!]; 2) na perspectiva lógica, a história do capital é a acumulação por espoliação, especificidade do capital financeiro. A contradição é reconhecer a convivência, lado a lado, do capital financeiro com acumulação real de capital.

A resultante dessa fórmula materialista histórica de se constituir a crítica ao capital é a reafirmação da acumulação (da metafísica), tornando a queda tendencial da taxa de lucro – a forma da contradição do conceito em Marx – mero repositório da acumulação do capital, ausente de qualquer negatividade, de qualquer dialética e, portanto, de qualquer crítica. Aqui, a história do capitalismo seria a mudança não só de formas

de acumulação, onde negócios bursáteis rendem lucros [?]:– “[...] Como resultado, cada vez mais dinheiro entrou na especulação em ativos, porque era onde lucros [?] eram passíveis de ser realizados” (Harvey, 2011, p. 32), ou ainda, “[...] A porcentagem dos lucros [?] totais dos EUA, imputável aos serviços financeiros subiu de cerca de 15% em 1970 para 40% em 2005” (Harvey, 2011, p. 50) – , mas também a história do capitalismo se repõe, após as crises, e apenas redefine os centros de acumulação. Considere equívocos como esses também identificados por Michael Roberts (2016) que, em seu debate com Harvey, o qual se coloca contra a existência de uma lei sobre as crises em Marx, movida pela queda tendencial da taxa de lucro, explana o que se segue:

No entanto, Harvey está equivocadamente identificando produtividade com lucratividade. Se a taxa de lucro é apenas uma medida de produtividade, mudanças na produtividade não podem explicar mudanças na taxa de lucro e isso seria tautológico. Mas o que explica mudanças na taxa de lucro são variações na composição orgânica do capital, e então não há tautologia. (Roberts, 2016, p. 45)

A luta entre China e EUA se constituiria como esse nexo acumulador do argumento de Harvey. Assim, do ponto de vista da contradição entre história e lógica, teríamos a harmonia entre história e acumulação, ainda que isso lhe seja o objeto da crítica. Tal harmonização histórico-lógica é, sob a geografia do capital de David Harvey, um acordo do espaço e do tempo entre si e para com a acumulação do capital. A expansão determinada pela queda tendencial da taxa de lucro é, positivamente, acumulação de capital. A produção espacial seria a fronteira expansiva do capital, que mobilizaria suas “rodadas de acumulação” em cuja noção há falta de distinção entre aumento da massa monetária e redução da valorização. Do ponto de vista urbano essa seria a questão. A expansão dos negócios imobiliários, desde Haussmann, seriam formas de lucrar com o capital ocioso. Ao que pesem desconcertos entre teoria e história, a resultante é o acordo:

O banco central chinês, por exemplo, tem sido ativo no mercado de hipoteca secundário derivado do boom de refinanciamento nos EUA enquanto Goldman Sachs foi fortemente envolvido no surgimento do mercado imobiliário em Mumbai e o capital de Hong Kong foi investido em Baltimore. Novamente, estamos olhando aqui para uma outra transformação em escala, uma que torna difícil de compreender que o que pode estar ocorrendo globalmente é em princípio similar aos processos que Haussmann conduziu com tanta destreza na Paris do Segundo Império. A urbanização, concluo, é um veículo primordial para absorção do excedente em escalas geográficas sempre crescentes. (HARVEY, 2009, p. 12)

Nessa medida, ocorre rearticulação do poder, a partir da propriedade privada do capital financeiro e seus investimentos, que repõe em escala ampliada (expansiva) a desigualdade social. Aí reside a crítica. Não se trata da crítica categorial, em que o capital nega suas categorias, mas sim que, ao se manter acumulando, o capital engendra a desigualdade social da qual deverá sair o sujeito da revolução. Do ponto de vista da relação entre sujeito e revolução perde-se a identidade entre crise e revolução, dada a premência ontológica de acumulação do capital, aliás, fetiche do capital. A cada crise, uma fronteira urbana compensatória. A respeito do tratamento dado ao excedente de capital pelo autor, não há diferença entre precificação e valorização imobiliária, ainda que determinada, a precificação pelo excedente de capital.

Daqui, como explicar os bairros fantasmas, de segunda moradia, nos EUA da crise de 2008? Ou ainda, as cidades fantasmas na China, mobilizadas pelo excedente fictício de capital? A crítica transformadora do modo de produção, ficou externa, na vontade do sujeito revolucionário porque, categorialmente, o capital se compensa e, pelo lado oposto, a formação desse sujeito não se explica.

Assim, o colapso como lei compensatória do capital não desvendou o enigma (o conflito entre expansão da produção (massa de mais valia) e desvalorização, na crítica de Marx sobre a queda tendencial da taxa de lucro) na pretensa crítica de Harvey, porque não se tornou forma crítica da reprodução, em que a expansão é da crise e não de sua compensação.

Isso, aliás, é a forma ricardiana, já criticada por Marx, de se pensar tal contradição. Para Harvey, a expansão da massa de lucros ou da mais valia não se determina pela redução da taxa de lucro – o enigmático para Marx – mas configura mera acumulação de capital. As contratendências, para Harvey, não constituem forma identitária da lei, mas impedimentos da realização de tal lei, dadas as formas atuais de espoliação, sob a contradição nos termos, no sentido de que essa espoliação que acumula mais valia é o fundamento do capital financeiro. O enigmático para Marx estaria justamente em que a redução da valorização coincide necessariamente com a expansão do capitalismo e, portanto, do crescimento da massa de mais valia que – contraditoriamente – seria determinado pela redução da valorização, ao contrário do que pretende mostrar Harvey, para quem a expansão é de acumulação positiva. Para defender isso, a crise tem de estar no tempo histórico de ciclos inevitáveis.

Valeria lembrar que em seu Capítulo VI Inédito, Marx observa a relação entre aumento das forças produtivas, exploração relativa do trabalho (mais valia relativa) com recriação de exploração fundada na mais valia absoluta. Assim, o aumento da produtividade do capital, como forma compensatória mal afortunada, também produz a subsunção formal do trabalho. Nesse sentido, a espoliação está no invólucro da contradição entre valorização, desvalorização e crise, e não no invólucro lógico do compensatório em que as contas entre custos e acumulação estejam resolvidas do ponto de vista da empresa e do capital em geral. Tomar Marx como um guia do distributivismo de capital entre os setores não é somente recusar a crítica social de Marx, mas tornar tal ponto de vista objeto da crítica à economia política de *O Capital* de Marx. Sem essa consideração da contradição capital trabalho, a reposição do capital e sua reprodução ampliada se faz repondo acumulações primitivas diversas (HARVEY, 2011, p. 59). Contudo, isso estaria em total desacordo com a aceitação e reconhecimento da expansão do capital financeiro, fictício. Um procedimento negaria o outro. Na perspectiva dialética de Marx, de que

Harvey parte, são formas excludentes. O capital financeiro é autonomização do dinheiro em relação à valorização positiva de valor. Nisto, como explicita Marx nos *Grundrisse*, – sobre “a grande indústria”, ou o “aumento do capital fixo” e suas contradições com o “capital circulante” – põe de lado o trabalho e, conseqüentemente, a produção de mais valia. Aqui se tem uma negação em amplo sentido, a crítica do valor chega no fim da valorização, mas que não é necessariamente o fim do capitalismo, mas mudança revolucionária do capital. Henri Lefebvre, por exemplo, tomou isso como cotidiano, em sua *Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. Para Mandel, em seu *Capitalismo Tardio* e Robert Kurz em sua tese sobre o *Colapso da Modernização*, essa contradição, isto é, entre fim da valorização e reprodução crítica do capital (diferenças à parte) é fundante da tese a respeito da crise do trabalho e do valor.

O aumento da espoliação e de formas absolutas de exploração da mais valia deviria, para Marx e a partir de certo momento histórico do capital, do significativo desenvolvimento das forças produtivas. O significativo avanço da composição orgânica do capital levaria a repor formas absolutas de produção de mais valia dada a impossibilidade de todos os capitais se atualizarem. Aumentar a exploração absoluta do trabalho seria forma de manter-se na concorrência, mas sem que essa mais valia seja determinante na reprodução. A revolução da automatização do processo produtivo põe isso como um resultado que a expressa, e não que a nega. Caso contrário, o desafio da dialética social de Marx teria se perdido, qual seja, criticar a sociedade do valor que não produz valor. Se para constituir a crítica social a mais valia se torna uma ontologia, não há crítica materialista que seja possível. Assim, fenômenos iguais sob outros fundamentos não poderiam ser confundidos com mera reposição de acumulação primitiva. Eis o acordo espaço temporal de Harvey (2011) ao capital financeiro, em seu enigmático argumento.

Nessa combinação positiva entre queda tendencial da taxa de lucro e aumento da capacidade de acumulação – uma contradição nos termos

obscurecida pelos desvios categoriais de Harvey, pressupondo que se trataria, ao contrário, um acordo entre o enigmático argumento sobre o capital de Harvey (2011) com o “enigma do capital” de Marx (L.III, 1988) – o desafio do materialismo histórico e dialético de *O Capital* tornou-se a ontologia da mais valia. Por isso mesmo, a partir dos anos 1970, atingiríamos a situação histórica que permitiria a retomada da economia política criticada por Marx, tanto em *O Capital* quanto em *Teorias da Mais Valia*.

A crítica de Marx se direcionava à necessidade não realizada de se comprovar, argumentar etc., como a mera circulação de dinheiro poderia gerar o lucro do capitalista – o exemplo de Marx se refere à sua leitura crítica do quadro de Quesnay, no primeiro volume de *Teorias da Mais Valia*. A produtividade do capital, alcançada na passagem do XX para o XXI, teria, aliás, constituído as condições históricas para a reposição de tal consciência, mesmo sob a base da crítica social do valor de Marx. Se Harvey expõe o poder social que a propriedade do dinheiro dá aos agentes econômicos e isso como forma de “novas rodadas de acumulação”, fiquemos com a assertiva de que a passagem da propriedade monetária para um em detrimento de outro é mera alocação de valor produzido (se fosse o caso) e não aumento do valor social. Por isso mesmo, as riquezas pessoais não poderiam se confundir com valorização do capital. Ademais, a referência ao quadro de Quesnay, aqui, se faz pertinente na medida em que, do ponto de vista da crítica do valor de Marx, da qual Harvey (2011) parte, não se é possível explicar a produção de lucro pela circulação de dinheiro, entre os diferentes ramos produtivos. Daí o harmonicismo de Harvey (2011) ao capital financeiro, que demanda preço do dinheiro, mas não lucro. As espoliações do petróleo dentre outras, aparecem em seu argumento mais como fantasmagorias do que como possibilidade de uma produção social que pague essa apropriação. Aquela propriedade do dinheiro é mais a precificação do dinheiro, do que produção de valor de um capitalismo mundialmente super produtivo.

A circulação assim não tocaria justamente no que é o ponto da acumulação, isto é, a produção de valor na relação capital trabalho. Para Marx, a circulação monetária e sua propriedade por si só não indicaria “a reprodução”. Sob o fim da produção de mais valia retomariamos o quesnaysianismo (nem sequer o keynesianismo) e que em *Teorias da Mais Valia* Marx assim se coloca:

Na parte do capital que circula entre o capitalista industrial e o trabalhador (ou seja, a porção do capital circulante que é igual ao capital variável) também há um refluxo de dinheiro em seu ponto de partida. O capitalista paga ao trabalhador seu salário em dinheiro; com este o trabalhador compra mercadoria ao capitalista com o que o dinheiro reflui em mãos dele. [...] Este refluxo do dinheiro não indica reprodução alguma (Marx, TMV. L. I, p. 270, 271)

Ao que pese a diferença do objeto, em Harvey se trata de propriedade maior ou menor de dinheiro, dentre outras, por desposseção, do ponto de vista do valor, trata-se também de passagem de propriedade do dinheiro de x para y. A dominação sobre o mercado de trabalho sob a perspectiva do capital financeiro não é compensatória justamente por conta da queda da taxa de lucro. A financeirização do capitalismo na passagem do século XX, pela crítica do valor de Marx, só faz sentido se a queda da taxa é maior do que a produção de mais valia, o que permite a financeirização como transferência de capitais, então, ociosos. Derivar produção de lucro pelo aumento da ociosidade do capital e sua consequente ficcionalização é não só estar sob outro objeto, do ponto de vista da citação das *Teorias*, mais acima, como é, sob a crítica do valor, constituir um objeto impossível, a não ser como contradição nos termos.

A massa migrante pelo mundo, ao contrário do argumento de Harvey, para se pensar a produção de mais valia, deviria da falta de possibilidade de exploração do trabalho pela produtividade de capital, não pela formação de um amplo mercado de trabalho e de produção de mais valia. O momento histórico colocado por Marx – do desenvolvimento das forças produtivas e da financeirização da produção com autonomização

estrutural do dinheiro em relação ao valor – exigiria (o que Harvey evitou) ver fenômenos iguais sob fundamentos outros, da expansão crítica. Assim, se se fala em “rodadas de acumulação”, em que a crise é mera realocação do capital com novos centros de acumulação, não se tem porque falar na redução da taxa de lucro. O objeto de Harvey (2011), do ponto de vista da crítica do valor de Marx, de que parte, é assim inconsistente. Resumidamente, em Harvey restringe-se a relação entre a ascensão do capital financeiro e a crise da valorização.

Harvey não só nega as determinações críticas da lei da queda tendencial da taxa de lucro como torna tal lei uma solução distributiva de valor e, do ponto de vista da sociedade civil, tem-se a reposição de um modo de produção socialmente injusto, nisso mora sua crítica. Contudo, esse movimento teoricamente destoante da crítica de Marx (apesar de partir dela e chegar nela), de lucros no universo financeiro, que justifica a “desposseção”, torna harmônica a acumulação injusta e, se isso é um preceito do melhor ou pior distributivismo, do ponto de vista social, o sujeito da contraposição também é externo à contradição econômica. Isso porque, na harmonia entre expansão e acumulação a luta contra o sistema só poderia vir como externalidade. Do ponto de vista dos movimentos sociais, tal qual a capacidade do patronato em gerir a distribuição dos dois departamentos, trata-se do sujeito com vontade de mudança e não no invólucro contraditório da relação sujeito objeto. Justamente por isso, pelas crises serem meros ajustes distributivos da propriedade do capital, os movimentos sociais podem estar aprisionados – caso não movam a espiral entre o que fazer e um movimento político – e vulneráveis às crises perpétuas do capitalismo. Nessa medida, as crises não levariam à história da superação e à contradição sujeito objeto, porque o sujeito seria sempre o derrotado na reprodução do capital, ou na rearticulação do capital com sua acumulação, ainda que isso, para Harvey (2011) se coloque como “injusto”.

Retomemos Marx para quem, em suas anotações para *O Capital* – no que ficou conhecido como os *Grundrisse* –, o desenvolvimento das forças produtivas chegaria no limite da automatização não mais produzir mais valia, a “grande indústria”, já comentada, ficando o trabalhador na condição de mero vigia do processo produtivo. A grande indústria, assim, se daria como resultado do enorme desenvolvimento das forças produtivas que a acumulação no departamento I promoveria. Do ponto de vista das relações de produção no interior do processo produtivo, Marx reconhecia, com 150 anos de antecedência, sua automatização. A “grande indústria” ou o “capital social” se realizaria na reunião entre ciência e produção, o que fundaria a história do capitalismo:

O desenvolvimento do meio de trabalho como maquinaria não é fortuito para o capital, senão que é a metamorfose histórica do meio de trabalho legado pela tradição, transformado em adequado para o capital. (Marx, 1997, p. 221)

Justamente aí considera-se a automação de modo que seja a redução do trabalho produtivo à sua condição improdutivo, contraditoriamente, por conta do aumento da produtividade do capital. Aqui “[...] o trabalhador se apresenta supérfluo na medida em que sua ação não está condicionada pela necessidade [de capital].” (Marx, 1997, p. 221). O desenvolvimento da grande indústria, ou do “sistema automático de maquinaria”, portanto, se fundaria na automação do processo produtivo e a história, como história do trabalho, apontaria a necessidade de se colocar sob reflexão a finitude do capitalismo que, assim, coincidiria com a superação do trabalho e da produção do valor. Nestes estudos preparatórios a *O Capital*, *Grundrisse*, sob a contradição capital trabalho que a maquinaria moveria, teríamos não só a redução ao infinito da produção de mais valia, como isso seria apesar da expansão da massa de mercadorias:

[...] o valor objetivado na maquinaria se apresenta além disso como suposto frente ao qual a força valorizadora da capacidade laboral individual desaparece como algo infinitamente pequeno; apesar da produção em enormes massas, a qual permanece posta com a maquinaria, desaparece igualmente no produto toda a relação com a necessidade imediata do produtor e por conseguinte com o valor de uso imediato (1997, p. 221)

Já n'O *Capital*, a expansão da massa é da mais valia com redução da valorização, isso tornar-se-ia o enigma do capital, o fetiche de capital, ou o fetiche de acumulação que negaria a relação causal: porque expande em valores de uso, então, acumula. A compreensão dessa contradição, portanto, estaria na dicotomia entre o positivo e o negativo, a afirmação ou negação do capital. Assim, como já apresentamos através de Marx (1988) mesmo, a partir de certo momento da queda tendencial da taxa de lucro, teríamos a simultaneidade crítica do capital, isto é, sua expansão é expansão da crise, no sentido de não mais produzir valor. A unidade histórica entre centro e periferia, por exemplo, se daria pela unidade da crise.

Noutra compreensão, disso como negatividade, a partir da lei identitária do capital, Robert Kurz apresenta seu argumento a respeito da queda tendencial da taxa de lucro em *O Colapso da Modernização*, de 1993. Certamente aqui, encontramos toda a crítica invertida, em relação ao harmonicismo de David Harvey. Mais próximo a Grossmann, mas com diferenças marcantes, a tese de *O Colapso* de Robert Kurz busca elucidar como a crise dos anos de 1970 – mais especialmente dos anos de 1980, com a expoente queda do muro de Berlim – demonstraria a aproximação histórica da simultaneidade da crise mundial do capital, mas como crise da forma social capital, das relações de produção e, assim, de suas categorias constituintes, incluindo a de trabalho. O colapso do capitalismo, assim, nessa tese – que apresentaremos abaixo – não seria o fim do capitalismo, mas a reprodução capitalista de suas categorias em crise. Isso pela forma fictícia da reprodução, em que a terceira revolução baseada na microeletrônica (Kurz, 1993) teria se desdobrado.

A determinação do preço do dinheiro sobre a produção do valor e o quanto isso é mais produção do dinheiro, ficcionalizando a reprodução social do valor, ou da valorização, talvez empreendesse aqui o sentido forte de colapso. Portanto, não se trata do fim do capitalismo, mas da simultaneidade de sua crise. Aqui a aproximação entre crescimento da massa com crescimento da mais valia relativa coincidiria com a redução absoluta e relativa da produção de valor. O que dizer da taxa de lucro(?)! Se isso se formula como ponto diametralmente oposto ao harvismo de Harvey, da busca de sempre renovadas fronteiras da acumulação capitalista – moralmente o ditado popular: “que pena que é assim e não assado” – por outro lado, não deixa de ter problemas essa aproximação teórica entre história e colapso em Kurz (1993). Sob a divisão do capitalismo entre leste e ocidente, a crise do socialismo real significaria a crise da reprodução mundial do capital. É de se marcar que 2008 nos faz considerar essa tese. Por isso mesmo, o *nonsense* a respeito do capitalismo tomado como o regime vitorioso:

A questão é, portanto, se não foi na verdade deflagrada – independentemente da auto-restrição transbordante de sabedoria, da consciência ocidental da vitória, que somente quer evitar provocar com sua soberba a ira dos deuses –, com a crise particular do sistema perdedor, uma crise global que também ameaça o pretenso vencedor e indica a existência de fundamentos comuns dos sistemas que poderia servir de base para uma metacrítica. (Kurz, 1993, p. 19)

Aqui, a divisão internacional do trabalho, ao que pese sua reposição sobre as determinações financeiras, unificaria a história do desenvolvimento das forças produtivas como crise expansiva em toda realidade capitalista, seja no centro, seja na periferia. Desse ponto de vista, a relação entre capital fictício (autonomia do dinheiro em relação ao valor) – seguindo o preceito da “grande indústria” de Marx que comentamos mais acima – e divisão internacional do trabalho, poria, na simultaneidade histórica da crise do capital – como crise categorial do

trabalho –, a administração do preço do dinheiro como negócio, não mais a produção do valor.

A perspectiva histórica, portanto, refere-se à realização da lógica do colapso que, assim, mais próximo a Mandel (1982) e destoante a Grossmann (1979), põe a queda tendencial da taxa de lucro mobilizando o colapso como forma historicamente datada do capital. Já apreciada por nós, na crítica a Mandel (1982), caberia apenas retomar que a queda tendencial da taxa de lucro, vista como o colapso, portanto, moveria a história do capital, a partir da frequência dos ciclos econômicos do capital. Nesses, ao que pesem quedas e ascensões da taxa de lucro, com crescente massa de lucro, a resultante histórica é a queda da taxa de lucro, movida pela lei do colapso. Nisto, as crises cíclicas – que em Kurz (1993) aparecem na alternância entre “estatismo e monetarismo” – não são temporais, sucessivas, alternadas no tempo. De acordo com Grossmann (1979), o problema é a imanência da crise pelo que a concorrência, aliás, se move. Desse ponto de vista, a crise ou o colapso (*zusammenbruchgezetts*) é simultâneo e dá a identidade ao capital em todos os seus momentos históricos. Ele realiza a história – “*zusammenbruchsgesetz*” para Grossmann (1979) – e não o oposto, historicamente realiza-se o colapso, como recai a noção de “*zusammenbruches*” em Kurz (1993). Nesse último o colapso não é uma lei do capital, isto é, não é “*gesetz*”, mas um momento histórico – diferentemente da noção de colapso em Henryk Grossmann (1979).

A questão pertinente à nossa discussão se põe relativa aos fundamentos dessa relação histórica do colapso da modernização de Robert Kurz. O preceito seria, justamente, ao retirar a imanência da crise, compreender, por exemplo, a periferia como atraso em relação ao capitalismo europeu e, para isso, recorre com olhar meramente histórico à “Acumulação Primitiva” de Marx, desconsiderando-se a simultaneidade entre crise e acumulação que a periferia reclamaria. Isso porque a relação entre história e lógica em Marx dos capítulos XXIV e XXV do primeiro

volume de *O Capital*, editado pelo autor, tensiona a relação entre lógica da acumulação (conceito) e formação do trabalho, da renda da terra e do capital industrial (categorias sociais). A periferia se pondo como história crítica, mas simultânea da acumulação. Desse ponto de vista, a acumulação no que hoje chamamos de países do capitalismo central é, para Marx, o mesmo processo nas colônias (o que hoje chamamos de periferia do sistema capitalista). A expropriação na colônia – saques, escalpes, ouro, prata etc. – constitui, para Marx de *O Capital*, a acumulação primitiva inglesa, que é um processo mundial. Não se trata de uma acumulação em cada caso, mas de os Estados nacionais serem casos da acumulação primitiva mundial.

A apreciação dessa contradição (lógica e histórica) para Kurz é diametralmente oposta. Para Marx, então, a história do capital é de simultaneidade polar entre acumulação e espoliação, entre acumulação e não acumulação. Para Marx, a diferença entre produção e realização do valor não é histórica, mas simultânea, no sentido de que não se é primeiro uma depois outra, mas que a unidade entre as diferenças faz a história do capital. Essa contradição, que territorialmente se divide entre industriais e agrícolas – para usar quase um jargão – é a simultaneidade da acumulação. A crise, assim, não é no tempo. Portanto, se para Marx ela se faz como lógico-histórica, para Kurz (1993) ela seria histórico-lógica. Aqui, sejamos claros, não se trata de usar como critério da crítica o estar mais ou menos próximo de um Marx intocável. Ao contrário, a busca de refundação da crítica de Marx, a partir da crítica do valor, nos permite superações que são necessárias, tanto prática, quanto teoricamente, porém, para tal, não podem se constituir como objeto da crítica daquele que se pretende ter superado. Aqui em questão não está ser ou não maior que Marx, ou mesmo o Marx do século que ele não viveu, mas, fundamentalmente, temos as questões relativas às aquisições da crítica social em meio às contradições de pretensa superação teórica.

Retomar a contradição entre história e lógica sob a perspectiva seccionada no tempo e territorialmente, a fundar a divisão internacional do trabalho sob o preceito de 1º, 2º e 3º mundos (Kurz, 1993) tornou histórica a contradição entre acumulação e crise e, assim, isolou pelo tempo a participação da periferia no conceito de acumulação mundial. Ainda mais, não a mobilizou como simultaneidade da crise e tornou mais distante a possibilidade da crítica ao capital mundial pela periferia.

Nesse sentido, a noção de “modernização recuperadora” (Kurz, 1993, p. 189) se assenta sob a progressão temporal *ex maquina* que vai consistindo na diferenciação territorial do trabalho, em relação à qual a história está ontologicamente posta. Não se trata de ver nessa divisão territorial a acumulação mundial. Aqui, o colapso, a crise, etc. é histórico, não se o compreende como a lógica movente da história enquanto história do trabalho. Valeria resgatar, aliás, que a tese sobre o capital fictício em Marx, embora no invólucro do terceiro volume – já tensionada a contradição entre expansão da massa e queda da taxa de lucro – fundasse em exemplos históricos do século XVI, a respeito do comércio colonial transatlântico. Assim, a duplicação monetária do trabalho é não só histórica, mas da lógica da acumulação, por isso ela participa da formação do trabalho urbano industrial europeu, não só de sua reprodução. A “dívida pública”, nos séculos da acumulação primitiva para Marx, foi considerada como uma das “estufas” dessa acumulação, toda lastreada, ficticiamente, pelo comércio colonial, outra “estufa” da acumulação primitiva europeia. Assim, a duplicação monetária e seu descolamento da base da produção de valor seria constituinte do capital, porque movido pela lei do colapso. Se isso não se realiza predominantemente, devido ao capital produtivo dos séculos anteriores, ao mesmo tempo move o histórico na direção da unificação da reprodução social através do capital fictício.

Contudo, a classificação estabelecida por Kurz (1993) é pautada numa linha do tempo contínua em que a acumulação europeia é mais

rápida que a do terceiro mundo, constituindo outras acumulações (soviética e do Brasil, na América, por exemplo) como “recuperadoras” ou “retardatárias”, dada essa vantagem temporal – do ponto de vista da concorrência intercapitalista – da Europa em relação ao mundo capitalista.

Por causa dessa vantagem histórica, a parte ocidental do sistema mundial produtor de mercadorias podia conservar, apesar da grave derrocada da economia mundial de 1929 a 1933, seu *status* global e, com o *boom* fordista da época do pós guerra, até melhorá-lo. (Kurz, 1993, p. 191)

O que não teria evitado, após o “*boom* fordista”, nova acumulação de capital. Mas com a transferência de excedentes para o mundo todo, este desenvolveria as forças produtivas gerais e atingiria o colapso como momento histórico:

[...] novas condições irreversíveis da rentabilidade, nas quais começou a manifestar-se, pela primeira vez, o limite lógico inerente ao movimento de exploração abstrata de força de trabalho (Kurz, 1993, p. 192).

Contudo, a divisão internacional do trabalho do ponto de vista da “acumulação recuperadora soviética” buscaria recuperar o seu atraso. Nessa medida, o atraso do que o autor chama de recuperador não estaria no invólucro da acumulação primitiva mundial, mas setorizada entre atrasados e adiantados. Na retirada da simultaneidade da formação de capital, a relação identitária entre centro e periferia se perde, a ponto de o autor afirmar que, no terceiro mundo, “a acumulação primitiva não chegou a terminar sua obra” (Kurz, 1993, p. 194). Aqui, é como se a acumulação europeia fosse passível de compreensão por ela mesma, independente da crise periférica.

Por isso mesmo, reconheceríamos certo ponto de vista eurocêntrico da crítica ao capital de Robert Kurz. Primeiramente, a noção de que, historicamente, quem realizou a acumulação primitiva teria sido a Europa. Já apresentado o problema, a simultaneidade entre produção e

realização de valor desconsiderada desloca a crítica sobre o capital para um ponto de vista plenamente europeu, de modo a retirar a crítica ao capital pela periferia do sistema porque o problema na periferia, assim, fica pela sua incompletude e não pela sua relação dialética para com a acumulação mundial. E essa não é só uma diferença de objeto em relação a Marx (que considera apenas uma acumulação primitiva, com a divisão entre colônia e metrópole, enquanto para Robert Kurz seriam três, pelo menos), mas mudança na perspectiva da crítica.

Ao que pese esse desencontro para com a crítica de Marx, do ponto de vista da contradição entre o lógico e o histórico, e seus desdobramentos a respeito da perspectiva da crítica, estamos de acordo com as determinações da queda tendencial da taxa de lucro, os sentidos históricos da materialidade social e o tempo social de trabalho. O desenvolvimento da microeletrônica no processo produtivo demandaria a autonomização da produção em relação ao trabalho. No extremo da contradição identitária do tempo de rotação, o excedente monetário se constituiria agora como o principal resultado do processo produtivo. De um ponto de vista futuro, a produção de mais valia se configuraria como trabalho futuro, isto é, promessa de trabalho ou crédito, tido ilusoriamente a reposição do valor posta no tempo, já que é a contradição no nível da automatização que põe o trabalho futuro como capital fictício.

O excedente de capital, assim, não se posicionaria mais como expansão do capital para apropriação de mais valia, mas sim na mobilização de capital monetário. Este teria como sua identidade o rendimento (não o valor) que se daria na precificação do dinheiro em relação ao próprio dinheiro. A massa de capitais ociosos, assim, produziria uma demanda por dinheiro, como substituto do trabalho vivo, mobilizando o capital financeiro como substituto do capital produtivo. O endividamento da periferia do capitalismo a partir dos anos 50, mas especialmente dos anos de 1970, demonstraria a determinação mundial da dívida e do crédito como mediação social mundial do capital.

A reestruturação de empresas deficitárias na economia central e o desenvolvimento industrial da periferia do capitalismo se mobilizariam, a partir de então, sob a expansão da dívida e isso consagraria a forma da acumulação capitalista a partir da terceira revolução industrial baseada na microeletrônica, como se pode considerar com base nas contribuições a esse respeito, já referidas, de Ernest Mandel (1982, 1990), Robert Kurz (1993) e, acrescentamos, Chesnais (1998) – ao que pese o espectro keynesiano dos autores que compõem essa obra organizada por Chesnais. Os anos de 1970 apresentariam de modo intenso o sentido inflacionário da economia capitalista mundial. A crise do padrão ouro se fundaria na restrição dos negócios a partir desse lastro que não corresponderia com a capacidade que os negócios monetários detinham no invólucro dessa terceira revolução. Assim, o endividamento da periferia passa a ser a baliza para o comércio de excedentes de capitais e que não pode se restringir à massa de mais valia que o lastro ouro representaria como política federal norte-americana. O padrão ouro, assim, tornou-se limitante da capacidade dos negócios monetários que o excedente mundial poderia mobilizar (Brunhof, 1998). A crise do padrão ouro, então, seria um marco na reprodução crítica que, a partir de então, perderia a ilusão do lastro social do valor.

Os investimentos excedentes, entretanto, se dariam fundamentalmente no setor especulativo, seja no jogo da bolsa de valores, seja nos negócios imobiliários, do que a crise de 2008 tem importante relação e cuja reflexão fizemos em nosso artigo, de 2010, a respeito da simultaneidade e abstração espacial. Todo o problema seria o da sobre-determinação do preço em relação ao valor. Isto é, o excedente monetário precificaria (como fetiche do valor) os ativos devido à própria demanda determinada por esse excedente mesmo. Assim, o preço seria o fetiche não do valor, mas da própria valorização então negativa (na forma da dívida) que a terceira revolução teria trazido.

Recorrendo à crítica de Kurz (1993), considera-se a redefinição do sentido da concorrência, não mais por capitais que visem o controle do trabalho, a localização e dominação do trabalho produtivo. Ao contrário, a formação de sujeito jurídicos (de Estados nacionais a indivíduos) viria no sentido de acessar a concorrência pela dívida e todo problema do capitalismo, assim, seria desenvolver as forças produtivas para mobilizar o dinheiro e a dívida como condição e resultado do processo produtivo. Nisto, toda e qualquer expansão do capital seria a simultaneidade de sua crise. A forma enigmática do capital, entretanto, a posição fetichista e fantasmagórica desse sujeito automático se daria por sua ficcionalização categorial. Assim, aquelas categorias formadas na “acumulação primitiva”, já consideradas, estariam no invólucro lógico da ficcionalidade. Trabalho, capital e renda da terra seriam, agora, uma ficção efetiva, mas como ficção.

A passagem dos anos de 1950 para os de 1970 se dá marcada pelo que caracterizou o capitalismo ao longo do século XX: o desdobramento de sua crise, atingindo o cume na simultaneidade seja no centro, seja na periferia. Nessa medida, se o primeiro quartel da segunda metade do século XX (1950-1973) traz uma diferença em relação ao pós-crise dos anos de 1970, trata-se da expansão do excedente da acumulação norte-americana no pós-guerras como dívida mundial. Ao longo de 20 anos dessa expansão, o revolucionamento geral das forças produtivas foi um resultado, já que cobrado, tal desenvolvimento, pelo preço do dólar. Este definia, sob diferentes maneiras, um nível médio mínimo de desenvolvimento das forças produtivas para poder pagá-la. Mas quando se fala em desenvolvimento das forças produtivas na periferia do capitalismo, isso também incorre na contradição aqui já dialogada: aumento das forças produtivas é diminuição da produção de valor e isso não é uma contradição nos termos, dada a composição orgânica do capital.

O Plano Marshall foi o modo de expandir esse excedente para a Europa, enquanto o Programa Ponto 4, do governo Truman, o fez em

relação à periferia do sistema. Em outros termos, a acumulação do capital, fardado de Norte-Americano, foi tão intensa que constituiu o mundo como tomador de empréstimos do excedente desse capital. Se isso foi mobilizado pelo excedente inflacionário dos EUA, então, é de se considerar a sua dimensão perante à impossibilidade de a economia mundial (tomadora de empréstimos desses excedentes) solver a massa de capital ocioso constituído. A expansão monetária se daria assim sob os programas “econômicos internacionais”:

O progresso já feito em direção para alcançar os objetivos do programa de Reconstrução Europeia e outros programas de ajuda de curto prazo [short-run aid programs] poderá solicitar esses programas a dar continuidade numa base mensurada às necessidades. Desfazer-se deles agora poderia ser perigoso ao progresso passado e arriscar perdas de gastos já feitos. [...] Nós precisamos nos mover vigorosamente em direção a um amplo comércio mundial internacional. Isso resultará em maiores importações para nosso país [into our country] que assistirá [ajudará] os outros a ganharem os dólares que eles precisam e isto irá, ao mesmo tempo, melhorar o nosso próprio padrão de vida [...] (ERP, 1950, p. 14, 15)

A partir daí, recomenda-se ao congresso a realização da “Carta para a Organização do Comércio Mundial” relacionando isso “[...] ao objetivo do programa Ponto 4 para assistência aos países subdesenvolvidos [que] é ajudar em suas necessidades.” (ERP, 1950, p. 15). Contudo, dava-se a contradição entre redução dos custos de produção (matérias primas agrícolas, compra de produtos da economia dos EUA etc.) e maior acumulação, com crescimento, então, de capital ocioso. Todo esse aparato crítico inflacionário que gesta a expansão mundial do capital financeiro excedente vem fundado no crescimento do lucro. A massa de lucro, após cobrança de impostos sobre os mesmos, entre 1949 e 1954 manteve-se em torno de 20 bi ao ano. Os impostos recolhidos sobre os lucros, acompanhando a variação dos lucros, manteve-se mais ou menos próximo dos U\$ 40 bi ao ano (ERP, 1955, p. 40). Com crescimento da produtividade essa manutenção significou, relativamente, aumento da

ociosidade do capital, pois, mais capital para menos trabalho. Os programas de ajuda internacional, contudo, não solucionaram a contradição, mas, fundamentalmente, a ampliaram e a forma bélica da produção foi seu desdobramento histórico.

Sob esse prisma e sob a contradição entre crescimento e crise, nos EUA, o desenvolvimento das forças produtivas dos capitais da América do Norte seria assim o único capaz de produzir algo que pudesse satisfazer essa demanda do excedente, e o seu produto foi a guerra, sob a divisão internacional e política do trabalho expressa pela divisão do mundo em dois blocos, guardadas as contradições da expressão “bloco”. Desse ponto de vista, tratou-se de administrar, por 20 anos (1951-1973), os negócios advindos dessa expansão profundamente crítica que fundou a formação de blocos econômicos, mais genericamente conhecidos como leste e oeste da realidade econômica mundial.

Durante os anos da Guerra Fria, sob a égide da paz, a economia norte-americana produziu, ela mesma, o departamento de destruição desse mesmo excedente. A cisão entre o leste e o oeste foi a construção do inimigo ideológico, a paz, que fundou a guerra. Os anos de 1980 certamente foram a transformação desse panorama, no plano da simultaneidade da crise referida anteriormente e que, política e economicamente, a crise tanto do capitalismo do leste quanto do ocidente demonstram a passagem para a 3ª Revolução Industrial com a ascensão do capital financeiro, substituto do trabalho produtivo, tese de Kurz (1993) que encontrou pertinência no crash de 2008.

Pequeno diálogo crítico sob o prisma do esquema de reprodução de Marx na periferia do capital mundial

Neste item intencionamos refletir a respeito da periferia do sistema capitalista em sua relação com o sentido histórico de crise generalizada, isto é, sob as determinações da terceira revolução baseada na

microeletrônica. Aqui, então, elencamos uma breve reflexão relativa ao momento considerado por ampla literatura sobre a industrialização brasileira que teria na produção do café (a maior do mundo, no século XIX e primeira metade do XX) a sua acumulação primitiva. A divisão internacional do trabalho a que centro e periferia se referem, consideramos em nossa discussão a respeito dos *Economic Reports*, citados mais acima. Aqui, considera-se o percurso de 1950-1973 do ponto de vista da realização do capital fictício como forma mundial. No entanto, isso tudo demanda um ponto de vista consciente ou não a respeito da acumulação primitiva vista ou não como nacionalmente separadas.

Do ponto de vista interno à periferia, o marxismo também constituiu aspectos de uma economia política – marxista – clássica. Por que essa contradição? Porque na conformação da crítica social ao capital na periferia do capitalismo, também formou-se a crítica, ainda que marxista, sob o amálgama do desenvolvimento nacional. Se o nacional foi o seu limite, isso não implica desconsiderar sua importância tanto temática, quanto analítica. As contribuições que devieram daí ainda mobilizam pesquisas significativas do ponto de vista da crítica social. Para o que nos interessa agora, destaco a perspectiva a respeito da acumulação primitiva nacional. Do ponto de vista da periferia, segundo o que já observamos a respeito das várias acumulações primitivas, temos esse mesmo ponto de vista, relativo à periferia do sistema.

Do ponto de vista da reprodução nacional do capital mundial a questão é de saber se a escravidão e o colonato, ambos na produção para exportação, teriam se realizado como acumulação primitiva nacional. Essa questão do nacional de qualquer modo desconsidera a impossibilidade da reprodução industrial europeia ser a não acumulação na periferia. O nacional pressupõe mercado interno e acumulação concorrencial ao capital internacional.

A leitura temporal e sem unidade entre produção e realização do valor, a respeito de acumulações primitivas nacionais vai, certamente,

resguardar o aspecto que destacamos dessa economia política marxista. Ela parte do preceito de que haveria uma revolução industrial burguesa, embora carente de ser melhor desenvolvida. Aos países do exclusivo colonial, na condição de colônia (a escravidão e o colonato sob a empresa do café estão absolutamente vinculados a essa determinação histórica do periférico), a reposição industrial europeia, assim, não é vista como crise periférica. Ao contrário, a crise do capital periférico é tida como o que se superará, como capital, no tempo do desenvolvimento nacional.

Nessa medida, tal qual nossa crítica a Robert Kurz, aqui, na ciência da periferia do capitalismo – à qual nos referiremos em breve – busca-se sem muitos avisos fundar outro sentido de história sob o materialismo dialético de Marx. É a história das várias acumulações primitivas que, do ponto de vista político partidário vinculou parte desses intelectuais ao organicismo estatista social democrata. A título de memória, tal marxismo se constituiu em teoria orgânica ao capital ao menos nos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso na presidência do Brasil. Juntamente com outros intelectuais do partido, encontramos José de Souza Martins e Jose Arthur Giannotti que vieram da primeira leitura acadêmica de *O Capital* de Marx, no Brasil. Aqui, ao que pese a nossa discordância em relação à crítica de Marx ser fundamento de políticas de Estado, ressaltamos a relação entre a concepção materialista da história e as posições da crítica.

Por isso mesmo, consideramos a forma desse marxismo como economia política marxista da e referente à periferia do capitalismo. A perspectiva aderida ao nacional, como desenvolvimento do capitalismo mais justo, acaba resultando em políticas partidárias de Estado. Na perspectiva de Fernando Henrique Cardoso, isso se apresenta em sua importante pesquisa sobre a diferença entre o escravismo do sul e o do sudeste do Brasil (o sudeste área de produção de café, o sul de produção de couro). Nisto, a produção propícia para o desenvolvimento do capitalismo industrial não estaria no sul rio-grandense, mas no

escravismo do café. Neste, a produção de monopólio – diferente do couro no Rio Grande do Sul que concorria com a produção sob trabalho livre no Uruguai – manteria os custos do escravo e, ao mesmo tempo, teria constituído os preceitos da acumulação primitiva brasileira. A industrialização de São Paulo seria a expressão de que o café teria se constituído na acumulação primitiva nacional brasileira. Ao que pese a tensão entre simultaneidade e sucessão, retirada de Marx (Cardoso, 1997, p. 40, 41), ao dizer : “[...] Por isso, a análise das condições de coexistência através do método dialético é, ao mesmo tempo, a análise das condições de sucessão” – o sentido mundial é de sucessão, afinal, o objeto é a revolução industrial que não houve no sul, mas sim em São Paulo e a *posteriori* da revolução industrial europeia. Aqui, a sucessão de acumulações primitivas está dada e a compreensão de ser a nacional, sucessiva, retira a acumulação primitiva como um processo único e mundial, com todas as derivações desenvolvimentistas, já comentadas, e de políticas de Estado a arregimentar os desdobramentos de certa burguesia nacional, em relação às contradições de classes que isso implicaria. Assim, ao contrário de Marx, citado pelo autor, a determinação de Capitalismo e Escravidão é histórica e desenvolvimentista. Considere, então, o seu ensaio a respeito das *Condições Sociais da Industrialização de São Paulo*, no qual a formação do sitiante, a partir da crise do regime de colonato nas fazendas de café, dada a produção mercantil no sítio e a circulação do dinheiro e da troca, consequentes, poderia ser descoberta como o mercado interno para a grande indústria nacional.

Aqui está pontuada a necessidade de se compreender o modo como se deu o mercado interno ao invés de se questionar sobre sua constituição. A industrialização nacional e seu estado revolucionado burguês estão pressupostos em Fernando Henrique Cardoso, a pesquisa é o estudo do modo da constituição dessa positividade social, a industrialização e sua sociedade correspondente – considerando, obviamente, todas as

contradições que estão no objeto social de Cardoso (1997, 1960) e que são problematizadas. Do ponto de vista da crítica mais prática do autor, o caso é de como articular a burguesia nacional para uma industrialização independente.

Ainda sob a defesa da acumulação primitiva nacional, é preciso considerar a contribuição de José de Souza Martins. A perspectiva crítica, fundada na exploração do trabalho, se desdobra no desvelamento do colonato como regime de trabalho junto às fazendas monocultoras de café. Assim, sob o ponto de vista nacional, a revolução burguesa teria de aparecer como um culto fetichista, incorporado como categoria de análise pelo autor:

[...] Nessa perspectiva [de relacionar o particular com a reprodução ampliada do capital], foi-me possível propor uma compreensão dialética do que é o capitalismo neste país [Brasil], tendo como referência a contemporaneidade das relações de trabalho socialmente atrasadas do colonato das fazendas de café, enquanto momento de intensa e da ampla acumulação de capital, que fez entre nós a nossa revolução industrial. Essa orientação é atualíssima. Sem ela, continuaremos a pensar o Brasil como realidade mutilada, de historicidade castrada, condenada ao repetitivo de seu insidioso atraso. (Martins, 2010, p. 24)

Certo o Santo, talvez não o milagre. A circunscrição da revolução proletária nacional, na passagem do XIX para o XX, colocou o limite político nacional perante a aspiração universal do método no que concerne à “reprodução ampliada do capital” (Martins, 2010, p. 25). Assim, sob o preceito do nacional, de “nossa acumulação”, o descompasso histórico é inevitável e nessa condição a contradição carece de tensão para se estabelecer enquanto tal. O acento temporal, do tempo da revolução industrial nacional, dilui a contradição – do ponto de vista da crítica social de Marx, da qual aqui também se parte – que funda sua dialética. Assim, pressuposta a formação histórica da revolução burguesa, a sua maneira foi pela escravidão e suas contradições e, também, pelo colonato e suas contradições. Destas a mais fundante é a que, certamente, move

toda a pesquisa: “a produção capitalista de relações não capitalistas de produção” (2010, p. 27). Portanto, nessa “recíproca dinâmica dos contrários”, o segredo de que a escravidão e, especialmente, o colonato se constituem como formas extensivas e intensivas de exploração do trabalho que, “não capitalistas”, são a acumulação primitiva nacional.

Do ponto de vista geral, “reprodução ampliada do capital”, a simultaneidade dos contrários se vê questionada pela plenitude ou não do capitalismo. O contraponto dualista entre centro e periferia está dado, ainda que não falado, e teríamos o atraso histórico aqui constitutivo da contradição identitária dessa dialética. E se referindo ao “não capitalista” como produto do capitalista afirma:

Um complemento da hipótese é que tal produção capitalista de relações não capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão do capitalismo está no comércio. Em suma, onde o capitalismo não se realiza plenamente, como no caso do colonato [...](Martins, 2010, p. 37)

Neste momento (colonato), o milagre da acumulação não se realiza, porque historicamente não se completa, é como se não tivéssemos relação com a acumulação européia, a não ser pela migração que de lá veio, mas fica externa do ponto de vista econômico. Logicamente, muito próximo de Kurz, contudo, uma voz da periferia. A perspectiva eurocêntrica desenvolvimentista tornou dual as formas da acumulação mundial, na distinção entre centro e periferia do capitalismo, ainda que internamente ao considerado nacional, esse dualismo se supere nessa crítica de Martins à qual nos contrapomos. Contudo, o capital nacional e sua acumulação foram o limite da crítica ao capital. “Nossa” particularidade é o ainda não ter sido completo. Desse ponto de vista, tal perspectiva se contradiz nos próprios termos, já que atraso se identifica com incompletude histórica. Não nos esqueçamos que para Martins (1994) esse atraso se torna poder que coíbe a realização de uma sociedade mais racional.

A proposta do autor é, a partir de Marx, pensar o capitalismo na periferia do mesmo, assim, consideram-se as diferenças em relação ao

capital em abstrato que, em última instância, só com a Inglaterra teria melhor coincidido. Observe-se que, do nosso ponto de vista, aqui se apresenta a identidade periférica para o autor, portanto, não só histórica, mas lógica. Qual seja, a periferia é uma acumulação primitiva do capitalismo mundial, que é a do capitalismo ou do capital nacional, contudo, destacada de outra acumulação primitiva. Tese, aliás, que se desdobra em importantes pesquisas a respeito da militarização da questão agrária no Brasil (Martins, 1984), por exemplo. Na unidade da terra (renda da terra) para com o capital urbano industrial (Martins, 1991), teríamos o resultado da acumulação acima do lucro médio. Aqui, a renda da terra, como expressão particular do capitalismo nacional é sempre afirmativa de certa acumulação acima do lucro médio, dada a condição categorial de renda como sobrelucro.

Apenas como breve comentário, lembremos que n' *O Capital*, do qual se parte, o sobrelucro é determinado pelo lucro médio, a queda de um não é a manutenção de outro. Pelo contrário, com Marx, pode-se depreender a expansão da agricultura no campo determinada pela queda tendencial da taxa de lucro, que não se compensa, dado o desenvolvimento das forças produtivas no campo e na cidade. Do ponto de vista histórico, isso traria a relação entre Revolução Verde, crise de acumulação e as teses sobre o campesinato, por ora, contudo, nos detenhamos por aqui.

Sob a crítica de José de Souza Martins, a periferia se constitui, lógica e historicamente, a área de expansão da produção de mais valia. Seu atraso devém da superexploração do trabalho que constitui a característica da periferia, desde a escravidão. Nessa medida, a renda da terra seria exclusivamente a unidade entre o industrial e o agrícola (a renda da terra mesma) que adere sobrelucro ao lucro. Então, retomemos, a contradição fundante relativa à formação de capital ("relações não capitalistas de produção") para dizer que, desse ponto de vista, ela é positiva. Aqui a crítica ao capital de *O Capital* de Marx, fundamento da

sociologia crítica de Martins, se desvanece, pois, do ponto de vista pretérito e futuro a história da periferia é sobreacumular capital e ser, assim, a fronteira reprodutiva do capital. (Lembremos que esse mesmo raciocínio harmonicista se encontra no centro do capitalismo mundial, na figura de Harvey, contudo, do ponto de vista da cidade como tal fronteira repositora do capital. A unidade teórica, talvez, esteja sob as teses de Luxemburgo a respeito da realização da mais valia. Rosa também teria chamado as áreas de expansão capitalista como áreas não capitalistas).

A expansão intensiva e extensiva agrícola do capital, para Marx, é tanto maior quanto menor a produção de valor ou quanto maior a queda da taxa de lucro, daí a expansão crítica do capital agroindustrial e não sobreacumulativa. Considere que, para Marx, a renda da terra diferencial II mobilizaria a relação entre lucro e sobrelucro, de modo que esse último – com o desenvolvimento das forças produtivas no campo – só por algumas revoluções do valor, isto é, por algum tempo, conseguiria compensar a queda da taxa de lucro.

Na crítica de Marx, a renda da terra se constitui no invólucro das contradições da acumulação e não como mera compensação da taxa de lucro. O que fundamentalmente buscamos destacar é a relação negativa entre renda da terra e queda da taxa de lucro, para isso, em Marx, a renda diferencial II é a que mais incorpora essa relação, porque nela se põe, na agricultura, o desenvolvimento das forças produtivas. Por isso mesmo, na unidade entre capitalismo industrial na agricultura e no urbano está a renda absoluta da terra, isto é, a que evidencia o entrelaçamento de todas as esferas mobilizando tanto a produção como a distribuição do valor. Renda da terra, já comentava Marx a respeito da apresentação do Capital, no segundo volume, não poderia se constituir antes da produção do valor, pois isso tornaria impossível compreender a distribuição, a identidade de renda. Assim, Marx acentua a importância da taxa de lucro para compreendermos a renda, no sentido de a primeira ser o limite identitário da segunda. A negatividade da relação entre taxa de lucro e renda da terra

é, justamente, esta desaparecer na medida em que entra completamente na compensação da queda da taxa de lucro. A respeito da produtividade decrescente da renda da terra, Marx observa:

Os sobrelucros e os déficits se compensam. Por isso, a renda desaparece. De fato, isso só é possível porque os elementos da mais-valia que geravam sobrelucro ou renda entram agora na formação do lucro médio. O arrendatário obtém esse lucro médio de 3 libras esterlinas sobre 15 libras, ou à custa da renda. [...] Cada vez mais entra na formação do lucro médio o que constituía lucro ou renda. (1988, L. III, v. 5, p. 195)

Tomemos esse raciocínio de Marx – relativo à renda absoluta – como algo da universalidade do valor, de modo que a renda da terra não compensaria a queda da taxa de lucro geral da sociedade, dada a diminuição absoluta e relativa da reprodução social mundial de mais valia. Nisto, no decorrer de várias revoluções, quanto mais a queda da taxa de lucro se torna maior, menor é a renda que, então, define uma relação negativa para com o lucro. Estar no invólucro da contradição entre expansão da massa e altíssima composição orgânica do capital (que repõe o extra econômico como seu alto desenvolvimento), implicaria nessa expansão agrícola compensatória, desde pelo menos os anos de 1970 e cujos expoentes podemos verificar na expansão agrícola industrial da soja, café, laranja, ervilha, cana de açúcar etc. Nesse sentido, a periferia não poderia ser a eterna solução da acumulação do centro. No Brasil, destacamos também a incrível expansão da cana de açúcar através do Proálcool².

Em sua forma econômica, a luta jurídica foi o direito ao acesso à parcela da riqueza social, em diferentes formas, dentre elas a de meio de produção. Posseiros, assentados, nações, sempre se reconheceram como tais pelo embate à administração da propriedade como distribuição do valor, dada pela expansão crítica do valor, na relação negativa entre renda da terra e taxa de lucro. Entre os anos de 1950 e 1970 e desta década até os dias atuais a expansão da Revolução Verde (Brum,1987) se daria, em

nosso ponto de vista, pela queda tendencial da taxa de lucro, como expansão compensatória. Nesse sentido, a unidade entre o capital urbano industrial e a renda da terra deveria incluir o problema dos desdobramentos críticos do capital e não a expectativa de eterna sobreacumulação. O rentismo, como interpretação desse processo na periferia, certamente carregou essa dimensão de eterna reprodução ampliada da mais valia e não deixou de deter certa positividade da crítica que buscava se pautar pela forma negativa da contradição, expressa, tal forma, pelo “não capitalista”. Não obstante, revelou a relação entre capital e propriedade da terra no Brasil, com seus conflitos, sua forma econômica e mazelas sociais de modo possível somente como certa voz da periferia. É preciso reconhecer este aspecto profícuo do percurso de José de Souza Martins e que redundou numa leitura sobre o Brasil.

O que destacamos aqui é o fio crítico dessa expansão que é mundial. Da crise do café à do pequeno sitiante; da crise pelo endividamento externo nos anos de 1950 à crise do setor sucroalcooleiro (deficitário desde sempre e para sempre) nos anos de 1970, personificando o capital fictício na agricultura, consumado, talvez, senão antes, com a redução a 90% do corte manual da cana de 2014 a nossos dias, por exemplo. Nesse sentido, aquilo que se põe como expansão capitalista na agricultura, refinanciada sua dívida desde sua fundação é por demais significativo das determinações críticas dessa expansão, isto é, da mobilização de capital ocioso aproximando-se da renda da terra – fictícia – porque está para compensar um capital financeiro.

Nessa medida, não há renda para distribuir, porque capital fictício, ou financeiro, da terceira revolução da grande indústria. Temos não produção de valor. Do ponto de vista da crítica, a periferia não poderia aparecer como o equilíbrio da acumulação mundial que, ao mesmo tempo, carrega o dualismo eurocentrista por estar fundada (tal crítica) na segmentação nacional, nacionalista, da acumulação primitiva.

Portanto, o rentismo positivo do capitalismo nacional, elaborado por Martins, não se justifica, porque atrelado ao que há de mais desenvolvido do capitalismo, sua queda da taxa de lucro devido ao altíssimo desenvolvimento do capital produtivo. As lutas em torno da propriedade se porem como rentismo, estamos de acordo, mas não no sentido da acumulação positiva do capital, como se o sobrelucro fosse forma ontológica do capital. O problema do capital não seria mais produzir mais valia, mas precificar o dinheiro. Toda a leitura fundada na tese sobre o campesinato dessa sociologia é aderente a esse problema da reafirmação da reprodução ampliada sob a renda da terra. A partir daí a justificativa da revolução burguesa nacional se constitui no sentido político da crítica. O que se busca é sua recondução do presente para o futuro, mas não sua negação. A diferença entre a crítica de Marx e a desse marxismo é a negação do Estado *versus* sua readequação, respectivamente.

Os movimentos sociais, com sua significativa importância na discussão e condução de políticas públicas sobre a distribuição de terras, detêm a necessidade de problematizar este aspecto: produzir para, de alguma forma, estar inserido no mercado e constituir-se na via superadora do capitalismo. A disputa pela renda da terra entre propriedade e movimento social teria de delinear esses aspectos contraditórios da práxis, superadora.

Ao capital fictício pós 1970 se agrega a luta do reconhecimento jurídico de empresas, mas também de grupos identitários, unidos pela propriedade da terra. Todo o problema foi ver nisso mera distribuição e não a contradição da valorização que ela expressava, isto é, entre crise e expansão do capital na agricultura.

Na periferia e sobre seu capitalismo, do ponto de vista do marxismo, poderíamos também destacar trabalhos de muita importância – tanto na pesquisa quanto no método – mas que estiveram no invólucro de certa dualidade, não nacional, mas internacional do argumento, sem resgatar assim a simultaneidade centro periférica da acumulação mundial. A

afirmativa a respeito da acumulação primitiva interna nacional periférica do capital é fundamento desse dualismo, que leva à noção de modernização incompleta, anômala, aberrante (ornitorrinco), entre outras.

No que diz respeito ao objeto, a essa crítica colocamos o significativo problema da acumulação negativa periférica se definir em relação à positiva central, para estabelecermos aproximações universais, reconhecendo as formas particulares. Contudo, do ponto de vista do universal – o capital mundial – teríamos, internamente, a incompletude do capitalismo; externamente, a orientação de um capitalismo mais civilizado, social democrático, cuja crítica duraria até a crise do *welfare state*, pelo menos. O problema já apontado por nós seria, a partir da crítica na periferia do capitalismo, deter parâmetros eurocêntricos que fundam certa dualidade. Isso não nega a pertinência de tais autores e pensadores. Em grande medida, essa construção teórica, que certamente constitui caminhos de crítica e reflexão sobre a realidade moderna, é constitutiva da massa crítica ao moderno a partir de sua experiência enquanto crítica periférica ao capital. Isso do ponto de vista social, lógico, histórico e tantos outros. De nosso ponto de vista, diversamente falando, a busca é ver pela periferia a crítica ao capital, ao mesmo tempo em que ela personifica as ilusões de capital nacional. Se vimos do ponto de vista de autores do centro, em outro item, vemos agora do ponto de vista de autores da periferia certa presença desse dualismo fundado pelo desejo de capital nacional.

N'algum aspecto, contudo, para além de vínculos partidários, pode-se considerar nesse conjunto certo amálgama dualista, dada a perspectiva nacional histórica da acumulação que se constitui como momento da reprodução da sociedade mundial. Isso teria maior pertinência se considerássemos, ainda que *en passant* – portanto reconhecendo que tais obras são muito mais do que essa linha geral que anotamos aqui –, as denominações que a sociedade periférica toma na literatura acadêmica.

Em sua *Dialética da Colonização*, Alfredo Bosi (1992) identifica o econômico personificado na igreja, a exploração colonial e o capitalismo, sob a perspectiva da formação “anômala”. Francisco de Oliveira resgata sob a forma do “ornitorrinco” a revolução burguesa, capitalista nacional. Aqui teríamos a cisão entre a revolução burguesa em São Paulo e a revolução contida no nordeste açucareiro, na formativa pesquisa que o autor apresenta em *Elegia para uma Re(li)gião* (1993).

Assim, o sem forma, aquele que não se completou, ou o fez mal, aparece na dualidade com a forma da completude do capitalismo central. Se se busca superar a “razão dualista”, já em 1981 a crítica de Francisco de Oliveira adere também a esse dualismo temporal. Do ponto de vista da reprodução nacional do capital em relação ao centro ela guarda seus elementos desenvolvimentistas.

A chamada da crítica, nesse sentido, apresentaria certa verve nacional desenvolvimentista que é o ponto a que chegaria à distensão temporal entre crise e acumulação de capital, do ponto de vista territorial entre centro e periferia, por exemplo, e que pôs como falso objeto afirmativo do periférico a acumulação primitiva nacional. Retira-se, portanto, nesse argumento, a condição negativa da periferia e, assim, simultânea, como momento lógico da acumulação mundial. A crítica assim, foi a certo capitalismo, o periférico, não ao capital, como se elabora o método da crítica de que partem.

Nessa crítica marxista periférica, inevitavelmente, teríamos a necessidade de outro caminho ao capitalismo ao invés de encontrar a crítica pela superação do capital que, na crítica de Marx não é uma questão de opção metodológica, mas algo constitutivo da própria lógica dialética. A negatividade da contradição teria de coincidir com a negação do capital. A inviabilidade do capital para consigo mesmo, em Marx, leva à práxis da superação. A diferença aqui, então, é pela forma como a contradição capital trabalho e sua divisão internacional do trabalho entra a fundamentar essa crítica periférica do capital. Aqui se constitui a crítica

ao capital periférico e não ao capital mundial pela periferia. Desse ponto de vista, essa é a forma ilusória do capitalismo central. Se na periferia a acumulação está por vir, no centro é o seu eterno repor. Em ambos há certa ontologia da acumulação.

O desejo de capital nacional, nessa crítica do marxismo na periferia do capitalismo, talvez demonstrasse os limites da argumentação sob diferentes acumulações primitivas nacionais. Se em princípio víamos isso do ponto de vista do centro, agora, vista é essa problematização do ponto de vista da crítica marxista na e da periferia. Certamente esse diálogo não se pretende exaustivo, apenas busca delinear os sentidos da crítica materialista a partir da periferia, tomando autores sobre a formação nacional brasileira. Essa perspectiva da crítica também está na concepção histórica afirmativa da *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia), de Caio Prado Jr.

O sentido externo da colonização, resguarda a importância do século XVI para compreender a forma atual de reprodução do capitalismo no Brasil republicano, mas isso na medida em que a síntese do século XIX de formação brasileira atual não teria superado as determinações políticas, econômicas e sociais de sua forma imperial, escravista e de profundas desigualdades sociais. Nisto, a importância da história colonial, para Caio Prado Jr., seria a incompletude da independência nacional.

A tese, argumentamos, definitiva de Caio Prado Jr., a respeito da sociedade capitalista, desde o princípio da colonização, destituída, portanto, de nexos feudais, nos traz caminhos significativos para pensar a formação, se quisermos, nacional. O que procuramos destacar é a perspectiva de certa aspiração positiva de formação em Caio Prado Jr., na medida em que os percalços são permanências a serem superadas para chegar à formação – capitalista – nacional que, então, falta formar: nesse sentido, a formação é ascendente e falta superar as permanências coloniais.

Aquilo que a colonização realizara, aquele organismo social completo e distinto constituído no período anterior, começa a se transformar, seja por força própria, seja pela intervenção de novos fatores estranhos. [...] Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe [...] (1994, p. 10)

As permanências e incompletudes, inclusive, terão significativa importância para que se possa em *A Revolução Brasileira*, de 1968, defender a inexistência da revolução nacional – burguesa – e a importância disso – como permanência colonial – para a subordinação do Brasil ao imperialismo do século XIX aos dias atuais. Sobre a revolução nacional assim expressa:

[sobre a] natureza da revolução brasileira. Não se trata de apurar essa “natureza”, e muito menos dar-lhe uma designação, o que não apresenta real interesse; e sim de pautar e dar um rumo às transformações sócio-econômicas potenciais, a fim de levar o Brasil à superação de seu presente estágio de uma economia ainda profundamente marcada pelas circunstâncias e vicissitudes de sua formação colonial, e que se revelam de maneira particularmente sensível e oferecendo maiores óbices ao desenvolvimento, nos baixos padrões materiais e culturais da massa da população do país. É disso que se trata, isto é, de um programa de reformas sem maior preocupação pelas suas implicações puramente teóricas e projetadas na perspectiva de experiências históricas em outras situações profundamente distintas da nossa. (1968, p. 251)

A inexistência da revolução nacional, ao que concordamos, se daria por essa incompletude histórica, o que discordamos, do ponto de vista do capitalismo completo, qual seja, dos países industriais. Para nosso argumento, haveria que se considerar a simultaneidade entre centro e periferia como a completude do capital, de modo que não haveria circunscrição espacial entre área, territórios, países de formação completa e outros de formação incompleta. É a esse dualismo que temos nos contraposto, do ponto de vista da crítica aos autores a que nos referimos. Isso com a consciência de que tal crítica não se limita a tais autores e não limita a importância dos mesmos mas se dirige a uma perspectiva que

tornou-se certa consciência amalgamante da e sobre a periferia do capitalismo.

Assim, a desconsideração da determinação do excedente de capital como fundamento do capitalismo periférico, a partir da segunda metade do XX, e a desconsideração da acumulação primitiva como algo mundial e não referido à nação, constituiu a crítica própria ao capital na e da América Latina e com similaridades à perspectiva prebischiana (Prebisch, 1963) cepalina. Esta circunscrita aos caminhos que o capital nacional deveria tomar para sua acumulação “endógena”, como chamou o principal expoente dessa perspectiva no Brasil, Celso Furtado. Aqui teríamos a personificação do desenvolvimento do capital nacional enquanto ciência que transcendeu as diferenças partidárias da crítica (mais uma vez estamos no limite do fio que puxamos, e que não resume as obras aqui em diálogo). Talvez aqui tivéssemos a síntese do amálgama da crítica social nos anos de expansão crítica pós Segunda Guerra mundial. Todo o problema do objeto seria a forma de se pensar esse excedente, como acumulação da ociosidade mundial do capital ou, por outro lado, meios de encaminhar o desenvolvimento dos capitais nacionais na periferia do capitalismo. A via de Raul Prebisch (Argentina e América Latina) poderia ser expressa em suas linhas gerais assim:

As páginas deste trabalho estão penetradas de uma ideia dominante: A América Latina tem que acelerar seu ritmo de desenvolvimento econômico e redistribuir a renda em favor das massas populares. [...] Para consegui-lo, é mister agir racional e deliberadamente sobre as forças do desenvolvimento, e este não poderá ser o resultado do jogo espontâneo dessas forças, como sucedeu na evolução capitalista dos países adiantados. (1964, p. 15)

Junto com Prebisch, Celso Furtado (a respeito do Brasil) no Brasil, assim, personificam o fetiche de acumulação – enquanto consciência periférica e da periferia –, isto é, a compreensão de periferia como a falta de desenvolvimento, ou subdesenvolvimento como a falta de acumulação, tendo o centro como espelho do futuro nacional ou regional do

capitalismo periférico. A crítica marxista do capitalismo na periferia, com as concepções de subdesenvolvimento da CEPAL, aproxima o marxismo da perspectiva desenvolvimentista econômica – assinalando a importância do diálogo entre ambas linhas.

Isso pode ser observado em *Crítica da Razão Dualista* de Francisco de Oliveira, em *O Cativo da Terra* e *O Poder do Atraso* de José de Souza Martins, na tese de Fernando Henrique Cardoso já comentada etc. Mas, ainda na concepção cepalina brasileira, a perspectiva é a de um capitalismo que não acumula, sendo esta a sua identidade de subdesenvolvido, a ser superada pelo desenvolvimento capitalista. Por isso, a compreensão da dinâmica do capitalismo periférico de Furtado tem unidade com a perspectiva desenvolvimentista da crítica marxista da periferia do capitalismo. Ao discutir a industrialização como “o centro dinâmico” do capitalismo nacional diz Furtado:

Sendo embora um subsistema periférico, a economia brasileira depende principalmente da ação de fatores endógenos para crescer. Com efeito: a partir dos anos [19]30 é graças à diversificação do aparelho produtivo – a industrialização – que se eleva sua produtividade. Ora, a industrialização brasileira apresenta peculiaridades que não se devem perder de vista. Assim, ela dependeu por muito tempo, para acumular, de excedentes gerados em outras atividades, particularmente a agricultura; e ainda depende de atividades primário exportadoras para cobrir as importações de equipamentos e produtos intermediários que lhe são essenciais. (Furtado, 1983, p. 28-29)

Nessa medida, ao que pese o reclame de Francisco de Oliveira em *Crítica da Razão Dualista* pela simultaneidade na crítica à noção de subdesenvolvimento da Cepal, no sentido de que “[...]o subdesenvolvimento é precisamente uma produção da expansão do capitalismo[...]” (1981, p. 12), houve significativo direcionamento do argumento na expectativa dos gargalos revolucionários do capitalismo nacional, necessários de serem superados, mas que encontram, do ponto de vista da agricultura, a subordinação da renda da terra como acumulação primitiva central:

O conceito, tomado de Marx, ao descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista, deve ser, para nossos fins, redefinido: em primeiro lugar, trata-se de um processo em que não se expropria a propriedade – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação – mas se expropria o excedente que se forma pela posse transitória da terra. (Oliveira, 1972, p. 21)

Nessa argumentação, a adequação da periferia à manutenção da acumulação central é tida como eterna acumulação primitiva e não como expansão crítica que a renda da terra permitiria aproximar, do ponto de vista da relação negativa entre lucro e renda da terra já elaborada mais acima.

Daqui torna-se inevitável a senda distributivista, pois se a modernização da agricultura se dá apropriando-se do trabalho familiar e ou camponês, a questão nacional é o desenvolvimento não expropriativo do capitalismo que leva à crítica da distribuição do valor, como conclui: “Nessa combinação [entre agricultura e indústria] é que está a raiz da tendência à concentração da renda na economia brasileira.” (1972, p. 24)

Do ponto de vista econômico, temos a contradição de se defender a relação capital trabalho entre agricultura e indústria como preceito para a industrialização/acumulação nacional, ao mesmo tempo em que a significativa expansão do capital, entre 1930 e o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek (JK), se dá pela superafetação dos serviços na expansão urbana desse capital. O que levou à equivocada metáfora sobre inchaço urbano que Francisco de Oliveira rebate.

Nesse sentido, tais serviços que são pessoais e não empresariais demonstrariam a dispensa de trabalho, mais do que a incorporação produtiva do mesmo na modernização em questão. Mas para se chegar a isso, a expansão crítica do capital, após a Segunda Guerra Mundial, teria de estar, na crítica, como fundamento histórico. Isso tudo deixando de lado a discussão sobre a improdutividade do trabalho no setor de serviços que é significativa do ponto de vista da crítica do valor. Por isso mesmo,

compreendemos que a apresentação da hipótese, por Francisco de Oliveira, contradiz o fundamento teórico que a sustenta, qual seja, a acumulação industrial nacional pela diferença entre agricultura e indústria:

A hipótese que se assume aqui é radicalmente distinta: o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma “inchação”, nem de nenhum segmento “marginal” da economia. (1972, p. 31)

E aí os contrafortes do argumento: “Tal contradição é resolvida pelo crescimento não capitalístico do terciário” (1972, p. 33). Nisto, o comércio ambulante passa a fazer parte do elenco de serviços que, em sua crítica, são parte da acumulação primitiva do capital urbano industrial na própria cidade. Todo o problema é ver produção de valor no crescimento absoluto dos postos de trabalho. Ainda mais, quando em serviços, já eram dispensa de trabalho, ainda que o argumento seja o de barateamento da produção industrial pelos serviços pessoais. Aqui teríamos uma diferença entre *faux frais* e acumulação primitiva.

Ao que pese a necessária crítica à noção de “inchaço urbano”, o viés produtor de valor de serviços, segundo nosso argumento, não acessou a expansão crítica de capitais internacionais altamente produtivos (discutimos os Estados Unidos nos anos de 1950, mais acima)³, na qual a urbanização que incluiu a favela como estruturante foi a forma de constituir a crise do trabalho no mesmo instante de sua própria expansão em termos absolutos. Atualmente sabemos quanto a precarização do trabalho se expressa por autônomos ambulantes que certamente não constituem nenhuma função compensatória da crise do valor no setor urbano industrial.

Se o significativo contingente de serviços no âmbito da urbanização nacional implicaria certa acumulação primitiva, os termos nacionais da mesma se veem questionados pelo próprio autor, quando se destaca o

controle da produção industrial pelos grandes monopólios em detrimento dos capitais propriamente nacionais. Numa contradição nos termos, há que se defender tal interação em detrimento do nacional, ao mesmo tempo em que também se argumenta a respeito da industrialização brasileira. A dicotomia fica, assim, fundada pela perspectiva de certa acumulação primitiva nacional, pelos serviços, pela agricultura, pela desigualdade social que permite tais diferentes formas de exploração do trabalho. Diante disso, a questão não resolvida assim se expressa:

Como se coloca, então, o problema do grau de nacionalidade ou do controle da nova estrutura de produção? É inegável que se o capital estrangeiro entrou sobretudo nos ramos chamados “dinâmicos” e, se esses ramos são os motores da expansão, o capital estrangeiro de certo modo “controla” o processo dessa expansão; por oposição o capital nacional “controla” menos a economia brasileira que há vinte anos atrás.” (Oliveira, 1972, p. 50)

A significativa exploração do trabalho realizada na industrialização brasileira, incluindo o período do governo Juscelino Kubitschek, ao que pese ter realizado certa acumulação do capital, não se deu como acumulação primitiva nacional, ou mesmo como certa acumulação nacional. A não nacionalização dos resultados da reprodução industrial, a nosso ver, teria de retirar a nacionalidade brasileira da industrialização em questão. Ao que pese certa industrialização em território brasileiro, não se poderia confundir sua forma com a de industrialização nacional. Os excessivos serviços, que teriam levado a sociologia criticada pelo autor a denominar isso de “inchaço urbano”, remetem a certa dispensa de trabalho relativa, no interior do aumento absoluto de postos de trabalho. Isso, inclusive, dado o alto desenvolvimento das forças produtivas dos capitais internacionais aqui em expansão. Assim, pensamos, que a derivação dessa estrutura social contraditória da modernização brasileira para uma industrialização ou acumulação nacional careceria ser repensada, do ponto de vista de seu polo nacional brasileiro.

A noção de exército de reserva, ou de acumulação primitiva, entretanto, não explicitaria os camelôs como precarizados, e isso numa sociedade da crise categorial do trabalho. Os autônomos de baixa renda, não são vistos, portanto, como os que não terão acesso ao trabalho produtivo. Longe de produção de valor, disputa-se o excedente circulante na forma de pequenos negócios pessoais. Caso o milagre fosse outro, o aumento de informais se manteria como a salvaguarda do capital que, pelo menos após 2008 sabe-se não ser mais o mesmo. Na *Crítica da Razão Dualista*, a expansão do capital, na periferia, pelas empresas multinacionais, não é vista como expansão altamente produtiva nos termos da composição orgânica do capital e da relação disso com a dispensa de trabalho do processo produtivo, da redução da produção de mais valia. Tampouco percebia-se que o amplo setor de serviços formais e informais expressava dispensa de trabalho juntamente com crescimento de postos industriais de trabalho. Ao contrário, o problema se acentua enquanto concentração dos resultados da produção, a despeito do aumento da produtividade do trabalho.

Assim, ao que pese a relação intrínseca entre setor de serviços e reprodução do capital industrial – e aqui o dualismo realmente é superado –, contudo, a relação é negativa do ponto de vista da taxa de lucro, ou seja, não é ascendente. A relação entre tais serviços e a acumulação global de capital implicaria na compreensão de que, externamente, a mobilização da industrialização nacional, especialmente a partir dos anos de 1950, se daria pelo excedente crítico dos capitais internacionais, como já demonstramos a exemplo dos Estados Unidos, pós Segunda Guerra Mundial. Justamente por isso, a acumulação nacional jamais poderia ser vista de um ponto de vista estritamente nacional e ou positivo, sem esse componente externo e crítico (negativo) que constitui a relação centro periférica como acumulação mundial do capital, e não atraso da periferia. Assim, não se poderia considerar mera dominação deste ou daquele capital sobre o outro, e sim a presença internacional do capital em setores

dinâmicos da economia brasileira que demonstraria a não realização da acumulação propriamente nacional e a expansão crítica mundial do capital, dado o excedente ocioso exportado.

Destaque-se que mesmo no argumento de Francisco de Oliveira os anos pós Juscelino Kubitschek passam a se caracterizar sob forte ascensão do capital financeiro com prevalecimento da remuneração do capital nesse setor em detrimento dos lucros do setor produtivo, a indicar, cada vez mais, dependência da economia brasileira dos empréstimos internacionais. Contudo, a impossibilidade de ascensão do capital produtivo tornou a economia nacional dependente dos rendimentos financeiros. Aqui, a nosso ver, estaria o fundamento da impossibilidade de se considerar o período de 1930 a 1960 uma passagem histórica de industrialização nacional. A crise da reprodução capitalista mundial, ao contrário, se antecipa à tal da industrialização nacional, tornando-se esta a ilusão necessária da divisão internacional do trabalho.

Em realidade, pensamos, ao contrário da *Crítica à Razão Dualista*, que a negatividade da acumulação periférica (dívida externa), a partir do que Mandel chamou de *Capitalismo Tardio*, começa a unificar pela crise a acumulação periférica com a acumulação do capital mundial. Insistimos, a exportação do ocioso é fundamento desse processo de negatividade a que referimos e que aparece como industrialização ou acumulação nacional.

Considere que a passagem da economia dos anos pré 1930 para o momento posterior se dá pela exportação de produtos agrícolas que financiam a industrialização nacional via transferência de investimentos do Estado. Contudo, aqui estaria uma contradição *in terminis* de Francisco de Oliveira, na medida em que a revolução no campo não seria possível dada a necessidade de o setor manter-se para realizar a transferência para a industrialização assim chamada de nacional. Não obstante, a produção industrial terá, nesse período posterior, que defrontar-se com a expansão agroindustrial do capital, desde os anos de

1950 no mundo e, em particular, no Brasil, com acentuado incremento desse processo a partir de 1970 com o Proálcool, mas não só, se considerarmos a expansão da soja e outras que se tornaram commodities.

Daí constituir-se a tensão entre agricultura e indústria que se apresenta na vinculação da oligarquia agrária com a industrialização (Oliveira, 1972, p. 40), mas cuja relação torna impeditiva a tese da acumulação nacional. A contradição, aqui, desvela a tensão ideológica do populismo em seu argumento, mas não coloca o acento sobre a ilusão da acumulação que a simultaneidade da crise (nacional e internacional) permitiria atingir. No argumento do autor teríamos certa superação do dualismo interno, é verdade, mas a expectativa de maior distribuição dos resultados de produção repõe o dualismo entre o interno e o externo, na forma da distensão temporal. Aí, a não acumulação industrial nacional, aparece como deficiência do secundário, produtor de meios de produção. A contradição do argumento se definiria pela compreensão da transferência externa de valor, ao mesmo tempo em que se defende a acumulação interna. Daí o que segue:

[...] se é verdade que a compra de equipamentos, v.g., de tecnologia acumulada, “queima” etapas da acumulação, ela também reduz o circuito de realização interna do capital, o que tem, entre outras, a consequência de tornar o efeito multiplicador real da inversão mais **baixo que o efeito potencial** que seria gerado no caso de uma realização interna total do capital. (Oliveira, 1972, p. 42, grifo do autor)

Por isso mesmo, não se trataria de aumentar o mercado de trabalho, com demanda acima da oferta, uma vez que essa oferta era, também, dispensa de trabalho. A acumulação nacional, nesse sentido, estaria comprometida e a contradição do argumento se daria na medida em que toda exploração absoluta do trabalho se afirmaria como acumulação primitiva, outros “modos de acumulação distintos”, tanto na área rural, quanto na superexploração da força de trabalho na cidade tidos como o “antigo modo de produção” que não teria sido superado (Oliveira, 1972, p. 41, 42).

Desse ponto de vista, compromete-se a tese da acumulação nacional que se dá então como insuficiência do setor produtor de bens de produção. A noção de outras formas de acumulação é necessária para defender a industrialização nacional, mas, ao mesmo tempo, não se sustenta naquilo que se põe como o seu *mobili* que é a produção insuficiente de bens de produção na concorrência com o capital internacional. A dívida externa, dita ou não dita, seria a pedra no sapato do argumento a respeito desse capital nacional.

Nessa medida, para Oliveira (1972), a aceleração do governo Juscelino Kubitschek, em seus 50 anos em 5, aparece pelo endividamento externo, devido à política fiscal regressiva, e não pela impossibilidade da concorrência com capitais externos que passam à periferia a expansão mundial da crise da reprodução (nossos argumentos sobre a economia norte americana do pós guerra (ALFREDO, 2013)). Por isso mesmo, a questão colocada pelo autor de “como compatibilizar esse esforço, como financiá-lo, nos quadros limitados da acumulação de base capitalística nacional?” (Oliveira, 1972, p. 47), fica sem resposta. Isso porque, ao mesmo tempo em que os objetivos industrialistas do governo JK são atingidos, a dívida e os percalços do endividamento externo não são considerados para estabelecer o critério da industrialização nacional. Não aparece como exportação do excedente crítico, como expansão da crise, mas como limitação da nacionalização da industrialização. A tensão em seu argumento ficaria entre a revolução nacional e a dívida externa resultada dessa.

Não que tal endividamento seja desconsiderado no argumento do autor, mas não se coloca como algo que poderia questionar o sentido de industrialização nacional, ou seja, de certa acumulação primitiva interna ao estado nacional brasileiro. Por isso mesmo, consideramos, ao que pese a crítica à dualidade do subdesenvolvimento, certa proximidade em relação aos termos da acumulação industrial propriamente nacional que unem a crítica de Francisco de Oliveira ao desenvolvimentismo da Cepal,

visto que a crítica à má distribuição de capitais (financeiro e industrial) e de renda é vista como impeditivo da industrialização nacional sem o domínio do capital estrangeiro.

Portanto, vemos que, também em Furtado, está explícita a relação entre acumulação do nacional e acumulação nos dois departamentos da economia capitalista. Para Furtado, o menor desenvolvimento da agricultura se constitui em contenção da demanda para o desenvolvimento propriamente industrial e para a realização do que o autor chama de “acumulação endógena”.

Contudo, observemos que, do ponto de vista da urbanização, poderíamos nos contrapor aos argumentos acima apresentados considerando a metropolização de São Paulo, após a crise do café. Toda articulação em torno da industrialização foi mediada por negócios com a propriedade privada. A produção de energia e a produção da cidade, com sua expropriação pela *Light and Power Cia*, constitui acumulação primitiva do capitalismo mundial, mas não nacional. Aliás, na tese de Odette Seabra, a simultaneidade torna a acumulação tanto no centro como na periferia um falso objeto da crítica, afinal, as acumulações são excludentes.

O imperialismo seria, assim, a expropriação pela concorrência dos grandes monopólios, observados por Lenin. Aqui, em Lenin e, internamente, em Seabra (2019), no entre guerras havia a urbanização em que os negócios monopolistas foram a renda da terra. O capital nacional, obviamente, não concorreu em condições de pagar os custos dessa expropriação e a internacionalização da industrialização nacional foi uma contradição do ponto de vista do mercado interno à periferia do capitalismo. Sobre a crítica da reprodução mais recente, considere também o ensaio de Amélia Damiani (2008), no qual a autora propõe que a expropriação na metrópole não produz o trabalhador, constituindo-se os termos da “urbanização crítica”, num franco contraponto à tese da eterna acumulação primitiva.

No pós II Guerra Mundial, como argumentamos, a necessidade de se desenvolver o capitalismo já não se fazia mais nos termos da exploração do trabalho, mas determinada pela necessidade de circulação do capital excedente. Daqui a expectativa “endógena” se contradizia na forma de consumo externo que ao mercado interno nacional brasileiro coube resolver. A divisão campo cidade, a partir da crise do café, se dará sob a expansão mundial do excedente, do capital ocioso, o que fundará o mercado interno da periferia, produtora de café. Sob a expansão crítica mundial, o capital nacional foi a ilusão periférica.

A reprodução periférica mundial do capital, negatividade categorial e outra simultaneidade da crise

A discussão a seguir se refere ao problema dos investimentos na relação capital trabalho do ponto de vista da agricultura, desde o café até a expansão fictícia da agroindústria sucroalcooleira. Sob esse viés, a periferia se apresenta novamente como forma particular do capitalismo mundial, cuja crise, a partir de 1950, é simultânea à crise central. Na periferia teríamos a história da acumulação do capital sob o polo da crise e, do ponto de vista da lei do colapso, a unidade histórica entre centro e periferia como crise imanente do capitalismo. Assim, a compreensão é de que a relação capital trabalho na periferia foi produção do valor que se realizou no centro identificando-o como tal e ela identificada pela acumulação negativa (dívida externa, se ficassemos no estritamente econômico), com sua respectiva negatividade categorial. A produção central, com a dívida externa mundial, já se especializava, no pós-guerra, em administrar os juros bancários, circulando capital ocioso na periferia. Ainda que por certo período a exploração do trabalho tenha constituído alguma forma de pagamento dessa precificação monetária, ainda assim, isso não seria eterno, mas crítico, dada a ociosidade que se determinava como condição e resultado de tal endividamento. A periferia como

produtora do valor não mais produzido pelo capitalismo central – Lenin identificara isso como a forma do imperialismo, já no início do século XX – tinha como determinação histórica – dado o excedente como mobilizador – o desenvolvimento de suas forças produtivas. Na concorrência entre agricultura e indústria, o desenvolvimento das forças produtivas na periferia seria inevitável e a equalização pelo capital financeiro, dado o aumento da composição orgânica mundial do capital, unificaria a crise periférica com a do centro.

No entanto, tomamos a formação do capitalismo mundial do ponto de vista das relações agrícolas e sob o primado da produção do café, a expressar a forma negativa categorial do centro. O que traria outra perspectiva de crítica ao capital, do ponto de vista das determinações da renda da terra no desdobramento do capital, então, fictício, ou, se produtivo (1930, por exemplo) é o não da acumulação nacional. Há, assim, distinção entre produzir e realizar o valor. Nessa medida, a negatividade periférica (crise, não acumulação, dívida, produção interna, mas realização externa do valor, etc.) é simultânea como acumulação mundial. Pressupor o café como acumulação primitiva da industrialização nacional já é, segundo argumentamos aqui, uma contradição nos termos, no sentido de que o materialismo de que parte não constitui o objeto, ou seja, o capitalismo periférico: posto que é acumulação nacional, o que faz dele ser periférico? Daqui, portanto, há desdobramentos para a reflexão da acumulação primitiva da industrialização nacional brasileira pelo café, que seja também discordante dessa canônica tese, qual seja, a de que o café foi a acumulação primitiva industrial nacional.

Na base de nosso argumento estaria a distinção entre indústrias e industrialização. Na segunda, superando a determinidade numérica da primeira, o problema é a reprodução, justamente, dos dois departamentos. A industrialização, assim, pressupõe a reprodução ampliada do departamento I, desde que ele seja, ao mesmo tempo, pelo departamento II, a reprodução de ambos. A industrialização, assim,

pressupõe o que a economia política na periferia do capitalismo jamais encontrou, a reprodução do departamento I, com capital predominantemente nacional, ou mesmo exclusivamente. A composição do capital teria de ser vista já como divisão internacional do trabalho e não do ponto de vista deste ou daquele capital nacional (do tipo “os Matarazzo”), com sua acumulação primitiva – “graças a Deus, tivemos a nossa!” Para Marx, a industrialização é categorial e envolve o capital social:

Assim como I tem de fornecer o capital constante adicional de II a partir de seu mais-produto, II fornece, nesse sentido, o capital variável adicional de I. II acumula para I e para si mesmo, no que se refere ao capital variável, ao reproduzir uma parte de sua maior produção global e, portanto, nomeadamente de seu mais-produto, em forma de meios de consumo necessários. Na produção sobre a base crescente de capital I ($v + m$) tem de ser $=Ic$ *plus* a parte do mais-produto que volta a incorporar-se como capital, *plus* a parte adicional de capital constante necessária à expansão da produção em II; e o mínimo dessa expansão é aquilo sem o qual não seria realizável a acumulação real, isto é, a expansão real da produção em I (Marx, 1988, Livro II, p. 358, 359).

Por que Marx tem aqui pertinência? Não pelo modelo, obviamente, mas porque estaria universalizada a determinação da exploração industrial do trabalho como divisão internacional do trabalho. Centro e periferia, assim, são constituídos sob tal divisão universal e constituem a industrialização mundial como divisão internacional do trabalho.

Desse ponto de vista, a exploração fundada na subsunção formal do trabalho ao capital poderia se constituir como resultado desse desenvolvimento que se torna média mundial, preço mundial. Isso tanto de mercadorias industriais, quanto do café, para ficarmos no nacional brasileiro. Do ponto de vista do capital social, a industrialização envolveria a divisão internacional do trabalho em que a produção de matérias primas e produtos agrícolas eram formas simultâneas da exploração do trabalho que se constituiria como acumulação central. Enquanto contradição do conceito, acumular implica na não acumulação

que a periferia foi nessa divisão internacional, como simultaneidade histórica, porque ela se poria como crise do capital mundial e não estritamente da e na periferia. A exportação de capitais excedentes ganhava na periferia o fetiche de desenvolvimento nacional.

A passagem da cafeicultura para a indústria paulista, assim, não pressupôs a industrialização nacional, mas o desenvolvimento de indústrias que não se constituíram como ramos produtivos concorrentes entre si, justamente pelo que se apresentou como falta de desenvolvimento de máquinas, capitais e ramos produtivos específicos para isso. Para nosso argumento, é de muita importância que a crise do café tenha desenvolvido o mercado de terras agrícolas, porque aqui ele é expressão de sua função como substituto do trabalho assalariado que, então, realizou-se como produção do sitiante, para pagar o lote que lhe foi vendido. Aqui o preço da terra envolvia os custos da exportação de capital ocioso mundial, que aparecia na importação da indústria automobilística e ferroviária que rompeu com o “isolamento do sitiante” (Monbeig, 1984).

A discussão referente à realidade agrícola no Estado de São Paulo, Brasil, não se dá por mera escolha. A produção do café no Estado de São Paulo, sul de Minas Gerais e norte do Paraná (Estados limítrofes do Estado de São Paulo) se repõe como produção agrícola, após a crise de 1929, sobre o trabalho da família dos antigos colonos, área de maior produção agrícola brasileira. E isso no período canonizado pela literatura nacional como industrialização brasileira, pós crise de 1929 que, no Brasil, confundiu-se com “a crise do café”.

A produção agrícola por famílias de sítiantes ex-colonos concorreu em vantagem numérica e de valor, juntamente com a produção agrícola do café e outros gêneros comerciais – pós crise de 1929 – com a produção urbana e industrial que a cidade e, depois, metrópole de São Paulo, detiveram como a identidade ilusória desse período, a industrialização nacional.

O argumento, do ponto de vista da periferia, aqui situada, é o de que a exploração cafeeira pela escravidão e pelo colonato não superou a prevalência da produção agrícola, ainda que ela tenha se transformado, pela crise, de monocultura latifundiária para policultora com propriedades menores e familiares de antigos colonos imigrantes, o que não excluiu a transferência desse valor para produção industrial. Isso, como explanou Monbeig (1984), não eliminou as grandes propriedades. O que consideramos teoricamente é que o preço da terra era a medida do valor necessário de se produzir para se industrializar e que tal medida recaiu sobre a produção desse sitiante, saído das relações do regime de colonato. A industrialização é a medida da acumulação, mas cujos custos a divisão internacional do trabalho sob exportações de capitais centrais determinaram, nessa produção familiar, como a dívida do sitiante.

O mercado de terras daí oriundo, como substituto do valor pela exploração do trabalho, se formou em torno tanto de proprietários particulares como de companhias loteadoras. O valor que faltou para produzir-se industrialmente a partir do café, o impagável preço da terra representou. Nisso, a necessidade da importação do excedente externo na forma de meios de produção (ferrovias, rodovias, centrais elétricas etc. (CMBEU-DE, 1953)) implicou em que tal produção do sitiante não cumpria produzir o necessário para tal pagamento e, portanto, não pagaria o preço da terra, de seu lote, saído da divisão das fazendas de café falidas.

A manutenção de significativa parcela de produtores agrícolas pós crise do café, sob a passagem de colonos para sítiantes, sem ser para a exploração industrial do trabalho, é significativa do sentido da acumulação negativa que constitui a periferia como acumulação mundial industrial do capital. Ao sitiante coube fugir de sua dívida e adentrar-se no extremo oeste do Estado de São Paulo cada vez mais, até encontrar novo impulso a produção do café a partir de 1946 com as terras do Norte do Paraná (Monbeig, 1984; Fujicava, 2013; Valente, 2018; Lima, 2016;

Santos, 2019). A partir daqui até segunda metade dos anos de 1950 o café foi o principal produto de exportação do país (Oliveira, 1972).

Para falarmos, então, da versão brasileira da contradição entre industrialização e mercado de terras, sob o estrito aspecto da crise do café, assim como a exportação do valor através do trabalho escravo, tal contradição foi a impossibilidade da acumulação primitiva nacional. Como dissemos, o seu período considerado industrial foi significativamente marcado pela expansão agrícola de famílias sitiantes inicialmente oriundas das relações de colonato com a imigração estrangeira – pós crise do escravismo, no século XIX, com posterior crise do colonato. A forma negativa dessa acumulação foi, na crise do regime de colonato de exploração de trabalho, a produção do mercado de terras (na divisão das fazendas em sítios) substituto do capital variável, na medida em que a expropriação dos colonos não levou necessariamente à formação do mercado de trabalho urbano industrial.

A divisão das antigas fazendas em sítios por companhias loteadoras, no oeste paulista, fundou uma divisão campo cidade, marcada pelos patrimônios urbanos, que foi a subordinação desse trabalho do colono, agora sitiante, aos custos da reprodução dos capitais excedentes da economia mundial. Em minha reflexão a respeito da *Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço*, de 2013, observo que o preço da terra era a medida dessa subordinação. A exportação de café e algodão estaria na divisão internacional do trabalho em que o trabalho dos colonos sitiantes participaria formando a média e a concorrência mundiais. Nessa simultaneidade, o preço da terra se daria por aquilo de valor que seria necessário produzir para acumular, mas que ainda não estava produzido. A pressão sobre os sitiantes culminaria na inadimplência agrícola da crise do café que resultara da concorrência para com os capitais internacionalmente exportadores, os que constituiriam a dívida da periferia como simultaneidade da acumulação do capital mundial.

No ano de 1947, tem-se um crescimento inflacionário e consequente restrição de créditos, o que dificultou ainda mais o pagamento das prestações dos lotes à Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC). Como resultado, tem-se a prorrogação da dívida como forma de contornar as questões relativas à diminuta presença de dinheiro como meio circulante (CAIC, 14, 1947, p. 06), constituindo o trabalho em sua produtividade de então como categoria negativamente posta (do ponto de vista da acumulação interna). Isso não como problema específico dessa empresa (cafeicultura X industrialização), mas característica de toda a economia nacional que essa empresa expressaria.

A formação de cidades no assim considerado Oeste Paulista – como muito determinantemente contribuiu Pierre Monbeig em sua tese de doutorado a respeito dos Fazendeiros e Pioneiros de São Paulo – no Estado de maior industrialização do Brasil, eram núcleos, “quadros urbanos”, que tinham por função manter o sitiante em seu lote, produzindo mercadorias agrícolas para o mercado interno ou externo, para pagar o preço do lote adquirido por dívida, normalmente financiada em quatro anos. Aqui, teríamos a divisão social do trabalho, expressa nessa cisão entre campo e cidade, em que se dá a formação do mercado interno para a grande indústria. É essa grande indústria que, a nosso ver, confundiu-se com indústria grande.

Do ponto de vista desses quadros urbanos, essa seria a forma da divisão campo cidade oriunda da crise do café. Contudo, o preço da terra, que subordina o sitiante à condição de produtor de mercadorias, imprime uma divisão campo cidade que tem por determinação o pagamento, pelo trabalho desse sitiante, dos custos do capital excedente importado, dentre outras formas, pela expansão da indústria automobilística e ferroviária norte-americana. Sem estas, o mercado agrícola do sitiante não se realizaria, já que este, ao entrar endividado pelo preço da terra é, fundamentalmente, um produtor de mercadorias. Em outros casos, a ferrovia colonizou para poder se expandir e, ainda, expandiu primeiro

para a colonização pagar seus lucros com os fretes. O trabalho agrícola de milhares de sitiantes estava subordinado aos custos do excedente mundial que também era meios de produção. A unidade entre companhias loteadoras e ferroviárias é expressiva dessa subordinação cuja renovação, posteriormente, se deu pela importação de peças, trilhos, vagões, óleo diesel etc., do excedente expansivo mundial. Pelo lado rodoviário, a exportação mundial – norte-americana – de *Fords*, *Crislers*, produtos *Shell* e outros, relaciona-se diretamente ao trabalho do sitiante. Isso na medida em que tal indústria automobilística era condição para, no dizer de Monbeig, “a luta contra o isolamento” do sitiante, produtor de mercadorias.

A expansão dessa subordinação agrícola do trabalho, no Oeste Paulista e, nos anos 40 e 50, no Norte do Paraná, é expressiva da importância do mercado de terras como substituto do trabalho urbano industrial, mas cuja situação é determinada pelo padrão industrial de acumulação do capitalismo mundial. A expansão do mercado de terras, portanto, é substituto da exploração industrial do trabalho, porque no preço da terra está o valor a se produzir para a industrialização que a assim chamada acumulação primitiva nacional não constituiria. Isso porque a acumulação que é industrial, não outra, parametriza o nível de acumulação na formação do preço médio. Lembremos que a produção agrícola do sitiante era também para exportação: café, algodão, amendoim etc. Assim se situa, ainda nos anos de 1950, a relação centro periferia do ponto de vista que consideramos:

A Companhia Paulista de Estrada de Ferro e a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí servem as mais importantes zonas industriais e comerciais do Brasil, compreendendo a cidade de São Paulo, o porto marítimo de Santos e uma das mais ricas zonas agrícolas do país. As duas estradas juntam-se em Jundiaí, onde há um intercâmbio de tráfego, abrangendo o destinado ou procedente da Estrada de Ferro Central do Brasil, que faz intercâmbio com a Santos Jundiaí em São Paulo. A Estrada de Ferro Central do Brasil serve do Distrito Federal, inclusive a cidade do Rio de Janeiro, as regiões de Minas Gerais, onde se encontram as maiores jazidas de ferro e manganês do país, e o território situado ao sul desse Estado, próximo a São Paulo, em que se localiza a usina de aço de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro também se articula com a Estrada de Ferro Araraquara, em Araraquara; com a Companhia Mogiana, em Campinas, Pontal e Guataporã; baldeia com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Bauru, e com a Estrada de Ferro Goiás, através da Mogiana e da Sorocabana, em Campinas (CMBEU-DE, Vol. I, 1953, p. 510, 511).

A expansão agrícola pós crise do café, portanto, seria essa expressão da negatividade categorial que põe a divisão internacional do trabalho entre leste oeste do capitalismo, com seus chamados blocos econômicos concorrenciais intermediários, além da chamada divisão norte sul, isto é, entre centro e periferia. À periferia coube, assim, o mercado interno que era o consumo do excedente do departamento I da economia mundial, ao mesmo tempo sustentado por ampla produção de famílias sitiadas subordinadas pelo preço da terra. Em torno disso, a modernização rodoferroviária proposta pela CMBEU-DE implicaria na produção do sitiante relacionada ao frete. Ao mesmo tempo em que reduziria os custos do departamento I da economia central com a exportação primária e de matérias primas.

Na Revolução Russa tínhamos o Estado modernizando o campo sob acumulação primitiva, com sua violência inerente. Na periferia, a concorrência remetia ao sitiante produzir o que a revolução assumidamente capitalista necessitava para revolucionar-se. Nisto, a superação do sitiante em trabalhador urbano industrial estava prejudicada, já que ele era suporte da revolução, de modo similar, mas

não igual, ao que analisou Trotsky a respeito de seu 1905. Em São Paulo, a substituição do sitiante por pastagens foi um processo que levaria ainda 20 ou 30 anos para se realizar, quando já se unificaria o desdobramento fictício da renda da terra, nos anos 70. A impossibilidade de se inserir esse expulso na indústria e os sentidos para as contradições da acumulação nacional, discutimos em nosso item anterior, a respeito dos desdobramentos disso na articulação urbana com o trabalho.

O preço da terra não pago pelo sitiante e sua recondução na forma de pastagem, a partir dos anos de 1970, foi o desdobramento da sociedade periférica em questão ter-se urbanizado definitivamente, na coincidência da crise universal (centro e periferia) do capital, sob a terceira revolução mundial baseada na microeletrônica. Lembremos que a revolução da microeletrônica dos anos de 1970 coincide com a expansão agroindustrial no Oeste Paulista, deficitária e fictícia. O Proálcool é expressivo da reprodução crítica da expansão capitalista através da industrialização no campo, aliás, a respeito disso, destacamos já as pesquisas de Fábio Pitta.

Por outro lado, a exportação de matérias primas pela periferia também comporia o bloco industrial concorrencial mundial, na medida em que a troca destas por produtos industrializados reduziria a pressão inflacionária do departamento I da economia norte-americana e sustentava os preços dos produtos desta mesma economia, na concorrência com os países europeus ocidentais. Nesses últimos se dava a troca de produtos industrializados por industrializados (Alfredo, 2013).

A expansão capitalista através de seus grandes mercados mundiais, entretanto, integralizaria a economia de modo mais alargado e sob os preceitos desses barateamentos dos custos de produção (década de 60) na identidade entre capitalismo e automobilismo/fordismo, o que teria gerenciado uma taxa de lucro real e positiva ao capital. Isso à custa dessa expansão produtiva de capitais na periferia do sistema capitalista, a qual financiava a produção industrial mundial.

Aqui a *Crise do Capital* de Ernest Mandel é uma contribuição significativa tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, na medida dos dados apresentados. Destaque-se o argumento da crise de superprodução, em que os fatores da reprodução estão super produzidos, ainda que tudo apareça como falta de demanda. Nesse invólucro, a superprodutividade e a queda da taxa de lucro mobilizam a história ao colapso. Apesar de “uma crise clássica de superprodução” (Mandel, 1990, p. 23), a queda tendencial da taxa de lucro teria levado à transformação qualitativa do capitalismo que se constitui numa relação inversamente proporcional entre produtividade e valorização de modo que essa última não mais se realiza. Assim, a queda tendencial da taxa de lucro teria mobilizado a terceira revolução pela microeletrônica e que é o desdobramento econômico, social e político da segunda metade do século XX:

A inversão da “onda longa expansiva” que vai dos anos 1940 ao fim dos anos 1960 é igualmente clássica. A expansão acelerada de longa duração do pós-guerra resultava da superexploração da classe operária realizada pelo fascismo e pela II Guerra Mundial (nos EUA, Guerra Fria e seus efeitos desastrosos sobre o movimento operário), que permitiu uma alta pronunciada da taxa de mais valia e, dessa forma, da taxa de lucro. Tal fato levou a uma acumulação amplificada de capitais, utilizada para tornar possível pôr em marcha em grande escala a terceira revolução tecnológica (semi-automação, energia nuclear). Aumentando consideravelmente a produção de mais-valia relativa e os superlucros dos monopólios tecnologicamente de ponta (“rendas tecnológicas”), essa revolução permitiu o prolongamento da expansão em condições “ideais” para o capital – *ao mesmo tempo*, com uma taxa de lucro elevada e um nível de vida real das massas trabalhadoras em elevação, isto é, um mercado em expansão. Mas a terceira revolução tecnológica e a própria expansão, uma vez que implicam uma concentração acentuada do capital, levaram a um aumento pronunciado da composição orgânica do capital. [...] Daí a erosão inexorável da taxa média de lucros [...] (Mandel, 1990, p. 26, 27, grifo do autor)

Do ponto de vista da periferia, essa queda da taxa de lucro – que coincide com a inflação mundial, com os excedentes que o pós Segunda

Guerra Mundial trouxe, especialmente do departamento produtor de máquinas (a revolução é das forças produtivas) – põe na periferia a subordinação das trocas comerciais que financiem o barateamento do departamento I do centro. Ao mesmo tempo, à periferia trata-se de consumir os excedentes mercantis e monetários dessa mesma superprodução. Aqui já não se trataria mais de excedentes do processo produtivo, mas excedentes dos meios de produção e de capitais mesmo. A resultante seria a formação do mercado interno como consumo desse excedente, que inevitavelmente desenvolvesse as forças produtivas na própria periferia. Tal barateamento, então, vincular-se-ia ao desenvolvimento das forças produtivas também na periferia do capitalismo.

Se tomarmos a relação entre importação da América Latina e inflação nos EUA, entre 1950 e 1952, sendo 1950 o índice 100, a relação é a de aumento das importações de matérias primas com redução da inflação. Para produtos e serviços (com predominância em matérias primas) uma ascensão em 20% da importação em valores, entre 1950-51 (em bi de dólares), sendo que no mesmo período segue-se o início de uma curva descendente de inflação, de 118 pontos para 112 (preços no atacado) e redução no crescimento inflacionário no varejo entre 1951-1952 (estabilização nos 114, sendo que a curva em 1950 era ascendente) (ERP, 1953, p. 42).

Do ponto de vista dos investimentos internos à América, sob o primado do Programa Ponto Quatro, do governo Truman, quem expressava essa contradição entre produção de valor e desenvolvimento das forças produtivas (desvalorização) na periferia do capitalismo eram os relatórios da Comissão Mista Brasil e Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU-DE). A extensão dos investimentos de capitais ociosos na relação entre agricultura, ferrovias e mineração era, aliás, explícita.

Substituídas as linhas férreas a vapor por elétricas e a óleo foram, por outro lado, modernizadas ferrovias em áreas portuárias e diretamente ligadas à exportação mineral, como o quadrilátero ferrífero de Minas Gerais (Bielchowsky, 1996; Alfredo, 2013; CMBEU-DE, 1953). As trocas para assim se estabelecerem demandaram o desenvolvimento das forças produtivas no território brasileiro, cujo projeto foi, neste caso, binacional. A Comissão (CMBEU-DE) expressa sobremaneira, do ponto de vista político, os sentidos históricos da Doutrina Truman, mas do ponto de vista econômico, o desenvolvimento das forças produtivas era direcionado para a redução dos custos do capital central norte-americano. Por um lado, modernizações elétricas e infraestruturais que se deram pela construção de represas, ferrovias urbanas e interurbanas (CMBEU-DE, 1953). Nos anos de 1950, a CMBEU-DE, aliás, reconhecia a crise energética pela qual passava a realidade industrial brasileira, especialmente em São Paulo.

Nesse sentido, internamente à acumulação pretendida de nacional, não havia o redobrar ampliado de suas condições e relações de produção. Nesse momento, 25 anos da considerada industrialização nacional brasileira, a produção de bens de consumo passa a se fazer de modo intermitente e com interrupções em meio ao processo produtivo ou adaptações dos horários de funcionamento industrial, de acordo com a utilização geral da energia em São Paulo (metrópole). Isso exigiu, consequentemente, a produção industrial nos períodos noturnos e em fins de semana, ao longo dos anos de 1940-50, devido à incapacidade da acumulação nacional interna repor os seus pressupostos de reprodução, o que incluiu a manutenção de certa capacidade ociosa, como relata o fabricante de vidros Santa Marina, que mantinha funcionando apenas 8 de seus 12 fornos (CMBEU-DE, 1954, v. 12, p. 58). Nessa medida, a Comissão Mista Brasil Estados Unidos exporta para o Brasil a termelétrica construída junto ao Rio Grande, na metrópole de São Paulo, em 1954 (Alfredo, 2013, 2015).

A renovação ferroviária urbana e interurbana que devém nesse processo de formar um mercado interno como consumidor do excedente crítico mundial, no caso de São Paulo, vinculou-se à modernização das ferrovias a vapor constituídas primeiro pelos capitais do café e, com a crise de 1929, tal modernização, do ponto de vista da agricultura tinha o intuito de onerar a produção do sitiante – fretes – a pagar os novos investimentos importados. Sob novos investimentos, o consumo de novas estruturas produtivas (vagões, ferrovias, petróleo, óleo) também se pagava com a exportação do café, do algodão e outros, agora produzidos pela força de trabalho do sitiante (inicialmente familiar). Inevitavelmente, o desenvolvimento das forças produtivas seria tanto no campo como na cidade, o trabalho do sitiante não pagaria os custos dessa modernização e levaria à nova concentração de terra que a expansão das pastagens e invernadas a princípio e, depois, sucroalcooleira do período posterior testemunhou.

A contradição campo cidade, com a crise do café, seria integrante da particularidade periférica brasileira, como consumidora de excedentes internacionais de capitais (não só de mercadorias finais) sem ter se mobilizado para a revolução industrial nacional, mas que nem por isso deixou de desenvolver suas forças produtivas. Ao contrário, o desenvolvimento das forças produtivas significou, ao longo de 20 anos de investimentos, uma industrialização que, na forma relativa, já era dispensa de trabalho, pois em níveis de desenvolvimento das forças produtivas de realidades em crise e, justamente por isso.

A dívida interna com os 50 anos em cinco de Juscelino Kubistchek e seus trinta anos de ditadura para pagar, expressa como a contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e endividamento, na periferia do capitalismo, foram identidades na medida da acumulação negativa (dívidas) internamente à periferia. Forma da acumulação mundial, mas não falta de acumulação. Nessa periferia, o café paulista traria a acumulação negativa, do ponto de vista da revolução burguesa,

industrial, periférica brasileira. Tal negatividade é constitutiva da acumulação mundial que, a partir dos anos de 1970-80, redefine-se como crise simultânea mundial, sem produção de valor, já colocado o problema por nós, a partir da crise de 1973. A industrialização para produzir valor e acumulação nos moldes centrais foi a dívida externa, quando a periferia atinge a forma histórica do centro é pela crise generalizada e insuperável do capitalismo.

Vinte e cinco anos após a Segunda Guerra Mundial, o mercado mundial mediado pelo dólar – e o consequente desenvolvimento mundial das forças produtivas a que isso levou – culminou no processo histórico de simultaneidade da crise, seja no centro ou na periferia, que a década de 1970 viria marcar. Com tal desenvolvimento mundial (exportação de capital) mediado pela massa de capitais monetários e ociosos, os negócios internacionais não mais poderiam ser lastreados pela reserva fixa de ouro, que era limitante do volume dos negócios possíveis realizados pelos capitais monetários muito acima do que o lastro ouro permitia. A manutenção desse padrão significaria, no mínimo, migração de capitais monetários, financeiros, dos EUA para a Europa, como explana Suzane de Brunhof em sua contribuição sobre o padrão dólar e a instabilidade financeira mundial em *A Financeirização do Capital*, organizado por Chesnais (1998). A produtividade do capitalismo fundou, necessariamente, o excedente monetário e seu jogo bursátil característico do capital na passagem do século XX para o XXI. Nesse aspecto, à periferia coube o seu amplo endividamento, aceito socialmente, graças à sua implementação via *manu militari*. Os anos de 1970, portanto, foram a divisão social do trabalho em que, sob a perspectiva da periferia, haveria de se constituir a solvente parte da ociosidade desses capitais não mais produtivos. Os custos sociais disso seriam impostos militarmente, como observamos a década de 1970 em nossa reflexão a respeito do golpe de 2016 (Alfredo, 2020).

O fim do padrão ouro, ou mesmo do padrão dólar, é expressivo da determinação do capital ocioso como simultaneidade do desenvolvimento crítico do capital que aparece na periferia como desenvolvimento nacional, forma do desenvolvimentismo, amálgama ideológico da simultaneidade crítica do capital. Nessa medida, a manutenção dos chamados blocos como produtores ou receptores de valor estava em causa e o problema seria administrar o endividamento que, a partir de então, seria mundial, não mais estritamente referente ao capitalismo periférico. Os negócios com várias assinaturas monetárias prevaleceriam sobre a exploração do trabalho produtor de valor, ainda que, contraditoriamente isso aumentasse a exploração do trabalho.

A partir dos anos de 1960, a dívida da periferia passa a ser estrutural da reprodução dos excedentes do centro, de modo que o limite metálico dos negócios mundiais estaria estruturalmente comprometido, dado o desenvolvimento das forças produtivas do capital mundial e sua consequente alavancagem. O fim desse padrão, portanto, demonstraria que os ciclos descendentes do capital não mais seriam localizados e regionalizados, mas extensivos em sua dimensão mundial e contínuo, dado o entrelaçamento da economia mundial pela circulação, também mundial, do dólar e que na periferia se faria como sua dívida externa. Por outro lado, seria também o fim histórico dos ciclos, dada a forma fundamental da revolução dos anos de 1970.

Nessa medida, a partir de então, essa história mundial do trabalho seria, do ponto de vista dos ciclos, um altíssimo desenvolvimento das forças produtivas em que a dívida universalizaria a crise cíclica como crise geral do capital, ou seja, simultânea no planeta e extensiva no tempo. Com a queda tendencial da taxa de lucro, da produção de mais valia ao capital financeiro, os ciclos não mais seriam atuantes na reprodução. Se marcarmos a década de 1970 como a passagem já comentada acima, uma passagem de século (encurtando o século XX), seriam 50 anos descendentes. Não mais de ciclos poderíamos falar, mas de movimento e

aprofundamento crítico da reprodução. É preciso anotar, no entanto, que os processos cíclicos do capital, ao estarem sob o desenvolvimento das forças produtivas realizam as revoluções industriais do capital e suas revoluções de valor levando ao desdobramento crítico não mais cíclico da reprodução.

A recessão dos anos de 1970, forma sociológica da crise do capital, sob a terceira revolução, fundada na microeletrônica e que se faz como dispensa absoluta e relativa de trabalho, será, tal recessão, a crise generalizada do capital. Não seria mais o caso de crises localizadas nos estados nacionais ou nos seus respectivos blocos regionais, ou mesmo no tempo dos ciclos, mas de repercussão mundial da crise, como apresenta Mandel em seu *A Crise do Capital*, dado o entrelaçamento mundial entre produção mercantil e distribuição da dívida.

A ascensão dos preços do petróleo em 1970, então, é, ao mesmo tempo, a inundação de petrodólares na economia norte-americana que os recebe embasados em seus títulos da dívida pública. O volume crescente durante décadas dessa inflação na forma de investimentos na dívida pública norte-americana impôs restrições à importação de petrodólares e à liberação monetária do excedente de capitais privados. Ainda que muito pouco, esta assertiva poderia estar correta: a crise de 2008 seria um desdobramento crítico, agora do capital financeiro mundial.

Ao longo de três décadas, os capitais não vinculados à política de petrodólares do Banco Central norte-americano viram-se perante um mercado monetário que se abria, devido à oferta de dinheiro, diante da necessidade de ofertar esse excedente, sem as restrições legais, como os títulos de maior risco que se deram nos investimentos em casas de segunda residência. Contudo, com altos juros, porque sem a garantia da instituição federal. A imposição dessa demanda imobiliária pelo excedente fictício de capital promoveria a elevação dos preços imobiliários tornando-os insolváveis e demonstrando tal expansão fundada em capitais podres, porque não oriundos de demandas sociais. Saliente-se

ainda, que as casas de empréstimos e financiamento, Fany Mae e Fred Mac, também são produtoras de derivativos da dívida privada, cujos títulos circulam em segundo e terceiro grau de duplicação e financiam negócios mundiais. Isso, certamente, dada a dimensão da precificação imobiliária em relação à reprodução mundial do capital. A crise de tais títulos, assim, teria mobilizado, em 2008, uma crise global do capital, demandada já, não mais como movimento crítico do capital produtivo, mas movimento crítico da reposição do capital fictício (Alfredo, 2010).

A ascensão do preço do petróleo, no caso de 1973, se constitui como forma de socializar mundialmente as perdas oriundas da produção mundial mesma. Nessa forma da crise, a expansão produtiva estaria comprometida na medida da mudança qualitativa da acumulação em que o retorno ou mais valia absoluta e relativa do crescimento do trabalho não mais se produziria na medida da acumulação. Isso, inclusive, seria a determinação da reprodução fictícia do capital, que a crise de 2008 revelou. A partir de então, a massa de capitais monetários excedentes se desloca de sua base de valorização e a precificação do dinheiro em suas diferentes assinaturas se realiza como substituto do valor. Com a queda da taxa de lucro sob a terceira revolução industrial – apresentando-se, portanto, como a finitude lógica e histórica do trabalho – a prevalência da reprodução se daria através de capitais especulativos, isto é, na expectativa de valorização através de trabalho futuro, uma ficção temporal, o crédito.

Se a teoria dos ciclos, entretanto, se baseia na relação entre investimentos e suas respectivas remunerações – a partir da mais valia, excedente de capital, produtividade e a relação disso tudo com o consumo dos trabalhadores – a terceira revolução industrial, baseada na microeletrônica, realiza historicamente o que Marx considerou, nos *Grundrisse*, “o capital da grande indústria”. Este, já considerado por nós, põe de lado a produção de mais valia e o próprio trabalhador torna-se mero vigia do processo produtivo, dada a absoluta “automatização” do processo imediato de produção.

Por isso mesmo, o último quartel do século XX é o da ascensão do preço imobiliário, dados os investimentos em precificação futura que os capitais ociosos buscam. Tanto no campo, quanto na cidade. No campo, a reprodução ampliada da agroindústria, na cidade, a reposição do setor imobiliário na verticalização e nos grandes negócios que envolvem o preço da terra. Assim, ambos na simultaneidade da expansão crítica do capital mundial, porque tal preço é determinado pelo volume monetário e não pela produção de valor. Uma expansão compensatória da queda tendencial da taxa de lucro, mas que não repõe a queda da produção de valor até porque se trata de preço e não produção de valor.

A partir da revolução microeletrônica, não se trataria mais de capital produtivo, mas do desdobramento da dívida como condição e resultado do processo produtivo. No capital fictício, assim, a reprodução por ciclos não mais seria a forma da acumulação. Teríamos o polo da crise tornando-se intenso (queda tendencial da taxa de lucro) e extenso (expansão crítica do capital, na segunda metade do XX, com a distinção entre o pós-guerra até 1973 e de 1973 aos dias atuais). Desse ponto de vista, o problema ficaria na frequência e determinações das crises financeiras, não mais do capital produtivo. A análise e crítica social pelos ciclos econômicos talvez encontrasse o seu limite sob o capital fictício. A unidade centro periferia não mais se constituiria como relação em que à periferia caberia a produção do valor sob o endividamento externo.

Aqui, então, teríamos a reunião entre a lógica do colapso na forma de lei imanente do capital, como prenunciou Henrik Grossman, em 1928, às vésperas da crise de 1929, com a história, também na forma de colapso, analisada por Ernest Mandel e Robert Kurz. Aqui teríamos a unidade negativa, dada a finitude histórica do próprio modo de produção. Entre avanços e recuos da taxa de lucro entre os anos de 1940 e 1960 a resultante foi sua queda (Mandel, 1990). A expressão externa desse movimento se coloca na substituição da taxa de lucro pela taxa de juros como negócios do capital.

A partir desse momento, o desenvolvimento das forças produtivas do capital se coloca de forma definitiva como desenvolvimento da capacidade de circular dinheiro. Da cédula monetária, aos artefatos de plásticos (cartões de crédito e débito) e à revolução eletrônica nos bancos e nas bolsas de valores, pode-se perceber a autonomia monetária perante o processo produtivo, ainda que relacionada a determinações do valor.

Aqui, a divisão internacional do trabalho se repõe agora não mais como a busca de cantões de mão de obra. A concorrência, ao contrário, se põe pela subordinação do trabalho ao capital fictício, que é a concorrência pelo acesso às dívidas. Desde estados nacionais a financiarem suas dívidas com novas, através de rolagem e securitizações, passando – tal concorrência por crédito – por empresas e acessando o universo cotidiano pessoal.

Na simultaneidade da crise, como crise mundial, portanto, a periferia agora aparece como o futuro do centro, o espelho da crise como reposição ampliada do capital mundial. Retomadas xenofóbicas no centro do capitalismo – mas também na periferia – no século XXI são ilustrativas desse sentimento concorrencial em que a saída, contradição nos termos, é fechar os muros.

No mercado comum europeu, o *Brexit* demonstraria que a moeda europeia não mais estaria em condições de pagar o seu consumo internacional financiado pelo marco alemão. A ascensão da China como demiurgo da nova onda de acumulação é problematizada, na medida em que financiada pela dívida norte americana, cuja forma crítica atual se dá pela guerra comercial com taxas cambiais setoriais, flutuantes, substitutas do valor e sua valorização. Do ponto de vista da divisão norte sul, a América Latina se vê no invólucro de golpes, formas militares e governos extremamente conservadores, xenofóbicos e moralistas, com restrições de direitos aos trabalhadores comuns, repondo, sob o colapso lógico e histórico do capital (Grossmann, 1979) o extermínio como condição da reprodução. Os que não têm lugar no mundo do trabalho que se acaba

serão objeto das práticas objetivas ou não de extermínio. A pandemia da covid-19 nos revelou aspectos antes menos revelados do fascismo capital.

Há unidade entre o xenofobismo europeu e brasileiro. Morros que desabam sobre seus ocupantes, as mortes no trânsito como condição da indústria automobilística, as mortes por agrotóxicos fundadas na indústria de implementos, barragens que rompem sobre moradores dos arredores, aumento dos assassinatos de negros, muros proibitivos da imigração estrangeira, neonazismo na Europa e fora dela, são expressões do holocausto generalizado de nossos dias, cuja particularidade é se dar sob a crise da terceira revolução industrial. Agora, a luta de morte é pelo que resta nessa situação de negatividade categorial que, do ponto de vista econômico, é a dívida e/ou o crédito. Para as políticas econômicas, o cálculo da morte é constitutivo de sua reprodução.

Sob o invólucro da ficcionalização do capital, questionamos os limites dos ciclos econômicos para explicitar o capital em sua determinação enquanto capital fictício. O imperialismo, o desenvolvimento desigual, a noção de centro periferia, terceiro mundo, subdesenvolvimento etc. estariam questionados sob a reprodução fictícia do capital mundial. A simultaneidade da crise se fundaria na redução relativa e absoluta da produção da mais valia, sob a queda da taxa de lucro, ainda que, justamente por isso, a exploração do trabalho se intensifique e se estenda.

Considerações sobre os limites teóricos e a crise da crítica

Nessa simultaneidade da crise, sugerimos a superação histórica e lógica do subdesenvolvimento, da desigualdade do desenvolvimento, da diferença entre primeiro, segundo e terceiro mundos, na medida em que o processo histórico teria posto todos sob a égide da improdutividade do capital, da identidade entre imanência da crise com a história da crise de um modo de produção social. Não é que tudo ficou igual, mas as

diferenças (produzir e acumular valor) não mais são identitárias da relação centro periférica. A intensificação da produção de mais valia teria levado à impossibilidade da expansão proporcional a essa intensificação, já que o pressuposto é de tempo zero de produção, ou mesmo negativo, dado o endividamento da economia mundial como condição e resultado do processo produtivo. Inerente às contas do capital, a produtividade tem de custar menos do que o trabalho que ela dispensa.

A terceira revolução industrial, portanto, se mobilizaria na fantasmagoria do fantasmagórico, que poria historicamente os próprios limites da crítica do valor. Não seria a fantasmagoria do dinheiro em relação ao valor produzido, mas do dinheiro sem a produção do valor. Observemos que, para Marx, o sentido da produção capitalista se dá pela produção de mais valia, não mais contemplado na intensificação da acumulação fundada na microeletrônica. Nessa medida, não se trataria mais de vislumbrar a crítica do capital produtivo pelo capital fictício, mas, principalmente, ver os limites críticos da reprodução do capital fictício. Ao mesmo tempo, ter-se-ia a crise categorial do capital em que a circulação do dinheiro fetichiza a circulação do trabalho e do capital, dada sua forma de equivalente geral do valor. Aqui, talvez, teríamos um desafio posto pela teoria marxiana da crítica social aos desdobramentos históricos do capital no século XXI. O arraigamento da crítica referida à exploração do trabalho e à produção de mais valia daí derivada seria um dos limites da crítica social marxista atual, necessária de ser superada, ainda que a exploração do trabalho tenha aumentado absoluta e relativamente, e por isso mesmo.

Notas

1. Professor Livre Docente da graduação e do programa de pós graduação em geografia humana do departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
2. Para isso, aliás, consulte-se os trabalhos de Fábio Teixeira Pitta, (2013, 2018), referentes à relação entre expansão da agricultura industrial e crise da reprodução social capitalista. Também, nosso texto de 2008 sobre a agroindústria do leite e a reprodução crítica, na

simultaneidade entre expansão da agricultura industrial e crise da reprodução. Destacamos ainda Thomaz Jr. (2002), dentre outros.

3. Nosso livro a respeito da Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço, de 2013, detalha esse aspecto.

Referências

ALFREDO, Anselmo. *Três estudos críticos: Kant, Hegel, Marx e o resgate da metafísica para a crítica à economia política. A dialética sociedade natureza para a crítica social de Marx. Tese (Livre Docência em Método, Geografia, História)* - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/8/tde-09082019-143849/pt-br.php>. Acesso em: 31 jan. 23.

_____, *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013

_____, *Crise imanente e abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica*, In: Terra Livre, Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. 1, n. 34, 2010, pp. 37-62.

_____, Capitalismo, sociedade civil e totalitarismo. Século XXI, crise e a versão brasileira do totalitarismo mundial. In: Brasil, presente! [recurso eletrônico]/Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza Cruz (organizadores). -- São Paulo: FFLCH/USP, 2020. In: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/618/549/2139>

_____, *Formação Nacional Negativa e a condição energética na periferia brasileira*. In: SEABRA, Odette; SAES, Alexandre Macchione; ZAAR, Miriam Hermi (Organizadores e editora). *Atas do II Simpósio Internacional: Eletrificação e Modernização Social. A expansão da energia elétrica para a periferia do capitalismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo e Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2015. <<http://www.ub/geocrit/IISimp-Eletr-SaoPaulo/IISimp-eletr-portada>>

_____, Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 12, n. 1, p. 63-108, 2008.

BIELCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Fiedene, Vozes, , 1987.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A instabilidade financeira internacional* In: CHESNAIS, François. *A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*. São Paulo; Xamã, 1998, p. 35-60.

BUKHARIN, Nicolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____, Fernando Henrique, *Condições Sociais da Industrialização de São Paulo*, In: *Revista Brasiliense*, SP, 1960, n. 28, (pp. 31-59)

CHESNAIS, François. A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos. São Paulo; Xamã, 1998.

COMISSÃO MISTA BRASIL ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (vols. 1, 6, 8, 12). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1953.

DAMIANI, Amélia Luisa. Espaço e geografia. Observações de método. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia. Ensaio de Geografia Urbana a partir da metrópole de São Paulo. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

ECONOMIC REPORT OF PRESIDENT TO THE CONGRESS. Washington: United States Government Print Office, (1947-55).

FUJICAVA, Renato. Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná: a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960). Mestrado. DG.FFLCH.USP, 2013.

FURTADO, Celso. A pré revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____, Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____, O Brasil pós- “milagre.”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____, A hegemonia dos EUA e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROSSMANN, Henryk. La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista. Una teoría de la crisis. México: Siglo XXI, 1979.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____, O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna À Crise do Capitalismo Global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. Vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1984.

LEFEBVRE, Henri. Du contrat de citoyeneté (Groupe de Navarrenx). Paris: Syllepse, Archipel, Périscope, 1991.

LIMA, Silvio Monteiro de. Colonização e crise: a racionalidade-irracional do capital na expansão do agrário paulista. Mestrado. DG.FFLCH.USP, 2016.

LENIN, Vladimir I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. La acumulación del capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural. Col. Os Economistas, 1982.

_____, A Crise Do Capital. Seus Fatos e Sua Interpretação Marxista. Campinas: Unicamp, 1990.

MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

- _____, O Cativeiro da Terra. São Paulo, Hucitec, 1990 e 2010.
- _____, Expropriação e Violência. A questão Política no Campo. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política, L. I, II e III. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- _____, Elementos Fundamentales para la Critica a la Economia Politica (Grundrisse 1857-8). Argentina, México. Siglo XXI, 1977.
- _____, Capítulo VI Inédito. Resultados do Processo de Produção Imediata. São Paulo: Moraes, s/d.
- _____, Teorias sobre la Mais Valia, v.1, México, DF: Edições Quinto do Sol S.A., s/d.
- _____, Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844. In: O Conceito marxista do homem. RJ: Zahar, 1979.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.
- NOVE, Alec. Economia Soviética. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Sudene e Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____, A Economia Brasileira: Crítica da Razão Dualista. São Paulo: Cebrap, Vozes, 1981.
- PRADO JR. Caio. Formação do Brasil contemporâneo (colônia). Brasiliense, 1999.
- _____, A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PITTA, Fábio Teixeira. Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise. Mestrado, DG.FFLCH.USP, 2013.
- PITTA, Fábio Teixeira. As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008. Doutorado.DG.FFLCH.USP, 2018.
- PREBISCH, Raúl. Dinâmica do desenvolvimento latino americano. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- ROBERTS, Michael. Monocausality and Crisis Theory – A Reply to David Harvey In: SUBASAT, Turan (org.) The Great Financial Meltdown. EUA, Northampton e UK, Sheltenhan: Edward Elgar, 2016, 55-72.
- _____, Monocausalidade e teoria da crise: uma resposta a David Harvey. *Geografares*, [S. l.], n. 28, p. 36–54, 2019. DOI: 10.7147/GEO28.24382. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24382>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- SANTOS, Anderson Pereira dos Modernização periférica e agricultura: crise agrária e contradição campo/cidade no Oeste Paulista - Itápolis (1940-1970). Mestrado. DG.FFLCH.USP, 2019.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros. Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. São Paulo: Alameda, 2019.

THOMAZ JR, Antonio. Por trás dos canaviais, os “nós” da cana. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo; Fapesp, Annablume, 2002.

TROTSKY, León. A revolução de 1905. São Paulo: Global editora, 1980.

VALENTE, Pedro Ritner. *Modernização periférica na ocupação do Norte do Paraná: determinação agrária na produção das cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. Trabalho de Graduação Individual.* DG.FFLCH.USP, 2018.